



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANGELINA XAVIER DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA ESFERA FEDERAL**

RECIFE

2021

ANGELINA XAVIER DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA ESFERA FEDERAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciada em Pedagogia, orientada pela Profa. Dra. Fabiana Cristina Silva

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Angelina Xavier da
Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental: continuidades e rupturas na esfera federal / Angelina Xavier da Silva. - 2021.
85 f. : il.

Orientadora: Fabiana Cristina Silva.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Pedagogia, Recife, 2021.

1. Políticas Públicas Educacionais. 2. Anos iniciais do Ensino Fundamental. 3. Golpe na democracia. I. Silva, Fabiana Cristina, orient. II. Título

CDD 370

ANGELINA XAVIER DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA ESFERA FEDERAL**

Data da Defesa: 10/ 12/ 2021

Horário: 10 horas

Local: Sala _____ - UFRPE

Banca Examinadora:

Profa. Orientadora Dra. Fabiana Cristina Silva - UFRPE

Profa. Examinadora Interna Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador - UFRPE

Profa. Examinadora Externa Dra. Shirleide Pereira da Cruz - UnB

Resultado: () Aprovado/a

() Reprovado/a

RECIFE

2021

“O castigo maior para quem não gosta de política é ser governado pelos que gostam dela”.

(ARNOLD TOYNBEE).

AGRADECIMENTOS

Entre as partes que compõem essa monografia, penso que essa seja uma das mais difíceis nesse momento que escrevo, pois é passado um filme na minha mente de muitas pessoas que fizeram parte desse processo, e o ser mais importante, Deus, que me permitiu ter chegado até aqui. Porquanto, sem ele não conseguiria buscar forças, inspiração e ter perseverança de resistir todas as adversidades, que me fortaleceram e me mostraram que sou ou somos capazes de vencer, desde que tenhamos dedicação e trabalho árduo.

Sou grata aos meus pais: Cecílio José da Silva (*in memoriam*) e Marlene Noemia Xavier da Silva (*in memoriam*), por terem me apoiado nas minhas aspirações. Penso que, se não houvesse esse estímulo, talvez não tivesse chegado até aqui. Também agradeço ao meu irmão por todo apoio emocional, mesmo de longe. Alargo também minha a gratidão para os demais familiares. Ainda quero agradecer a todo apoio do meu namorado, Tiago Antonio dos Santos, pois, em muitos momentos, tive que me ausentar de sua companhia para estudar e construir o respectivo trabalho.

Quero agradecer a todos aos professores por todos os ensinamentos, visto que transbordou o pedagógico atingindo a minha vida pessoal, pois, penso que hoje existe um marco temporal da minha pessoa antes e após a Pedagogia. Sinto-me, um ser humano muito melhor, e uma professora em constante evolução. Em especial, quero agradecer à professora Hulda Stadtler, que, em meios a todas as minhas dificuldades, contribuiu na minha jornada para que eu pudesse ser professora licenciada em Pedagogia. Além dela, quero estender meus agradecimentos a Gaby, que, na situação delicada do meu luto, me incentivou a voltar para o curso. Acredito que eu seja uma das poucas estudantes que trancou o curso e depois destrancou no mesmo período, visto que necessitava me manter ocupada, e ainda teve um papel no meu retorno ao curso nesse período remoto.

Quero agradecer a minha orientadora, Fabiana Silva, por todo apoio e paciência, e leveza na maneira de ensinar e orientar. Por ter me incentivado a chegar até aqui, pois sem ela a construção desse trabalho não seria possível, porquanto foi planejado e executado no período remoto, visto que, anteriormente, havia usado o trabalho que estávamos construindo juntas nesse curso em uma especialização,

devido acreditar que distância geográfica não me permitiria finalizar o curso de Pedagogia que é presencial, mas com o período remoto, está sendo possível, tanto que faltam apenas uma disciplina obrigatória e duas optativas.

Cabe aqui externar que a escolha do tema voltado para as políticas públicas surgiu nas primeiras aulas da disciplina Políticas Públicas com a Professora Aparecida Salvador. Além de reconhecer que, durante a graduação anterior, apenas me interessei pela área educacional, ter passado pelas disciplinas teóricas, as quais dei rasa atenção. Então, nessa disciplina, pude perceber que tudo ou quase tudo, para não dizer absoluto, é permeado por atos normativos, que direcionam o trabalho na área educacional. Perante isso, percebi a necessidade de me aprofundar para reconhecer as nuances que permeiam a educação, e a forma como ela é afetada pelas decisões políticas. Pois assim como tantos outros, acreditava que não precisava compreender nada de política. Aliás, só votava, e nem interessava em ler o plano de governo, o que hoje faço questão de realizar leitura e me manter informada sobre os acontecimentos na medida do possível.

Ainda quero externalizar meus agradecimentos as minhas amigas que, mesmo estando distante geograficamente, porém atualmente no mesmo estado, e em meios aos encontros esporádicos fisicamente, sempre se fizeram presentes. Hoje, estou celebrando esse momento pelo incentivo de vocês, e como sempre diz Eliete: o não você já tem, vá em busca do sim. E foi nessa pisadinha que entrei no PIBID, estou concluindo esse curso (pela fé, que tudo vai dar certo), e vocês permanecem ao meu lado nos momentos de perdas e ganhos. Também agradeço à Cybelle, por ter dividido a parceria nos trabalhos enquanto cursava, e por me escutar nos meus momentos de nervosismo e ansiedade, quando estava estudando para o concurso e nesse percurso. Sou grata à Paula e à Wedja, por me incentivarem a não desistir do curso e nos apoiarmos em meio às adversidades. E, finalmente, me formarei também, ou seja, quarteto fantástico e a mulher maravilha, todas pedagogas.

No mais, agradeço a todos que colaboram nessa minha trajetória e nas outras que estão por vir.

RESUMO

Esse estudo teve a finalidade de analisar as continuidades e as rupturas das Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, no período de 2015 a 2020. Assim, buscamos caracterizar as Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais, presente no ano de 2015, e as analisamos utilizando como parâmetro de comparação o ano anterior com os de ruptura democrática (2016, 2017, 2018). Por fim, evidenciamos essas na nova gestão federal (2019, 2020). Para o desenvolvimento desse estudo, debruçamo-nos em compreender a construção das políticas públicas, e recorremos aos seguintes autores: Dantas (2007), Fernandes (2007), Ham; Hill (1993), Lowi (1996), Rua (2009), entre outros. E, quanto ao Brasil, buscamos os seguintes autores: Saviani (2008), Libâneo; Oliveira; Toschi (2007) e outros, com a finalidade de apreender sobre os contextos e objetivos que culminaram nos avanços e retrocessos. Nessa linha, buscamos nos subsidiar em pesquisas dos últimos cinco anos que tratavam dessa problemática. A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo documental, e baseia-se análise de conteúdo. A análise mostrou que, no governo eleito pelo povo, foram encontrados dez programas educacionais, em diferentes áreas. E, no que concerne aos anos de ruptura democrática, observamos que algumas políticas foram continuadas, outras silenciadas, ou substituídas, diferindo das concepções democráticas que reconhecemos. Atualmente, podemos constatar que os programas elaborados seguem a mesma linha da gestão de ruptura.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Anos iniciais do Ensino Fundamental; Golpe na democracia.

ABSTRACT

This study had an analysis problem as continuities and ruptures of Public Educational Policies for the initial years of Elementary School in Brazil in the period from 2015 to 2020. Thus, we sought to characterize the Public Educational Policies for the years present in 2015. And we analyzed them using as a comparison parameter the previous year with those of democratic rupture (2016, 2017, 2018). And finally, we evidence these, in the new federal administration (2019, 2020). For the development of this study, we focused on understanding the construction of public policies and resorted to the following authors: Dantas (2007), Fernandes (2007), Ham; Hill (1993), Lowi (1996), Rua (2009), among others. As for Brazil, we sought the following authors: Saviani (2008), Libâneo; Oliveira; Toschi (2007) and others, with a deep understanding of the contexts and objectives that culminated in advances and setbacks. Along these lines, we sought to subsidize research from the last five years that dealt with this issue. The research is of a qualitative nature, of the documentary type, and is based on content analysis. A study published that in the government elected by the people, ten educational programs were found, in different areas. And with regard to the years of democratic rupture, we observe that some policies were continued, others silenced, or replaced, differing from the democratic conceptions we recognize. Currently, we can see that the elaborated programs follow the same line as the rupture rupture.

Keywords: Educational Public Policies; Early Years of Elementary; A blow to democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS E UM OLHAR PARA EDUCAÇÃO: BREVES REFLEXÕES TEÓRICAS	17
1.1 UMA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	17
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: CONTEXTOS E OBJETIVOS	22
CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE ÂMBITO FEDERAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	28
CAPÍTULO III: O CAMINHO METODOLÓGICO	34
3.1 NATUREZA, MEIOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA	34
3.2 UNIVERSO PESQUISADO	35
3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE	36
CAPÍTULO IV – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ENTRE AS RESISTÊNCIAS E O SILENCIAMENTO	39
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EXISTENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ANO 2015.	39
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SILENCIADAS OU MODIFICADAS APÓS O ANO DE RUPTURA DEMOCRÁTICA (2016, 2017, 2018)	48
4.2.1 <i>Primeiro ano do Governo Temer após golpe na democracia (2016)</i>	50
4.2.2 <i>Segundo ano do Governo Temer após golpe na democracia (2017)</i>	54
4.2.3 <i>Terceiro ano do Governo Temer após golpe na democracia (2018)</i>	61
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PRESENTES NO PRIMEIRO E SEGUNDO ANO DA NOVA GESTÃO FEDERAL (2019 E 2020)	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

As trocas de governos das nações democráticas, mediante ao processo eleitoral, consistem, muitas vezes, na alteração de posição ideológica, dependendo dos fundamentos do partido político e suas alianças, além de representar os anseios majoritários do grupo de eleitores que cancelaram o governo eleito. Nessa concepção, Chauí (1980) afirma que a ideologia é um *fato social*, construído pela sociedade através das relações sociais. Fazendo um paralelo com a afirmação da autora, as concepções ideológicas podem ser evidenciadas por uma classe social dominante, em uma democracia, e a ideologia pode ser representada pelo grupo ideológico presente no poder. Neste sentido, as mudanças governamentais, o(s) novo(s) eleito(s), quando possuem pensamento contrário ao governo anterior, geralmente reduzem as ideias antecessoras, demonstrando que as aflições, os infortúnios e os prejuízos são frutos dessas ideologias. Portanto, serão transformadas a partir das novas relações sociais, econômicas, políticas, visando progresso da população (CHAUÍ, 1980; DANTAS, 2007). Dessa maneira, o mecanismo de transferência de poder pode afetar os trabalhos voltados para o social, desenvolvidos durante a gestão anterior, havendo sua continuidade ou revogação.

Logo, as convicções identitárias passam por conflitos no jogo de poder e partilham contradições internas e externas no grupo social para o surgimento de uma visão que os representem (HALL, 2006). Sob esta perspectiva, os governos podem ou não realizar escolhas que propiciem a satisfação do povo com interesses e recursos diferenciados, visando às necessidades materiais, relacionadas à sobrevivência humana, tais como alimentação, moradia, saúde, segurança, lazer e outras. Adicionalmente a essas, há também as necessidades referentes ao desenvolvimento espiritual, intelectual, cultural, filosófico, político, que, por vezes, são existentes, porquanto não foram atendidas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2007; RUA, 2009).

É na atividade política presente nos governos nas diferentes esferas da administração pública que se relacionam as escolhas, que o gestor faz ou deixa de fazer pela sociedade com a premissa de resolver determinada problemática. Nesse panorama, as adversidades que afetam um conjunto de indivíduos, privando-os da aquisição de meios para garantia de sua subsistência, e os governos desenvolvem

Políticas Públicas (PP) para diminuir as diferenças de renda nas classes sociais, além de escolaridade, expectativa de vida de variados grupos populacionais (FERNANDES 2007; SANTOS, 2014). Assim, compreende-se que a execução das PP é um meio de atenuar as desigualdades sociais impostas pelo modelo econômico adotado (SANTOS, 2014).

Através do desenvolvimento dessas políticas para melhorar as condições de vida, há também, de forma implícita ou explícita, o fato de que os contemplados visam à mobilidade social¹, que poderia ser alcançada, também, pelo oferecimento da educação de boa qualidade e outros meios que permitam ao sujeito criar sua própria trajetória de forma independente. Nessa linha, as Políticas Públicas Educacionais (PPE's) atentam para melhorar a qualidade da educação, o acesso e permanência na escolarização básica e superior, o provimento dos recursos necessários para o ensino, o transporte, a alimentação e outros, através da implementação de programas de forma planejada e articulada com a legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996 (LDBEN – 9394/1996) (BRASIL, 1996; OLIVEIRA, 2010).

Pensando nisso, é importante explicar outras inquietações que mobilizaram a elaboração desse estudo sobre a sequência, as alterações, as interrupções, as novas PPE's, visto que a autora é um dos muitos resultados do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (Reuni), que ampliou o acesso e permanência na Educação Superior, aumentou o número de vagas, aberturas de novos cursos e *campus* universitários no interior dos estados brasileiros (BRASIL, 2012). Hoje, atuo como Professora de Biologia na Educação Básica, sou graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV) – PE, em 2015.

No ano de 2020, finalizei o curso de especialização em Gestão Pública na modalidade de educação à distância, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com o trabalho sobre as PPE's, com o título: *Materiais didático-pedagógicos*

¹ Nesse trabalho compreendemos Mobilidade social, como a *ascensão social que representa melhoria do padrão de vida, uma elevação do nível de consumo, e a abertura de novas oportunidades de acesso à escola, ao trabalho e à renda para uma parcela significativa das novas gerações* (PASTORE, 2001).

e Políticas Educacionais: um estudo de caso em uma escola municipal. Vale salientar que o citado trabalho, inicialmente, foi elaborado para conclusão do presente curso de graduação, mas, devido a algumas intercorrências, ele foi utilizado para aquisição do título de especialista. Neste referido estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com os atores políticos da escola e da Secretaria de Educação Municipal de Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Nesta linha, os sujeitos (supervisor de ensino, responsável pela biblioteca, corpo docente, equipe gestora) perceberam a relevância das PPE's que impactam diretamente no ambiente escolar, comprometendo o processo de ensino. No entanto, nas argumentações de alguns dos participantes da citada pesquisa, percebemos a falta de familiarização com o termo PPE. E, concernente a isto, observou-se a ausência de suplementação de PPE de cunho municipal e ausência de manutenção dos materiais didático-pedagógicos, o que pode remeter também na melhora, ou não, do planejamento pedagógico escolar. Também constatamos que as redes de ensino concebem autonomia para as escolas na escolha dos livros didáticos, visto que são responsáveis de informar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o tipo de escolha (se é material único para cada escola, ou material único para cada grupo de escola, ou material único para toda a rede), porquanto cada instituição apresenta clientela com diferenças sociais e culturais (SILVA, 2020).

Neste cenário, as universidades que preparam os futuros professores que atuarão profissionalmente na Educação Básica necessitam compreender a dinâmica da PPE. Porquanto, essas políticas subsidiarão a atividade docente e podem ser alteradas em conformidade aos governos eleitos, visto também a mudança de ideologia. Então, a compreensão dos discentes da Educação Superior sobre as PPE's poderá contribuir no entendimento sobre o funcionamento da escola, além de auxiliar os estudantes da Educação Básica a atuar em diferentes campos: científico, político, ambiental e social de maneira crítica e reflexiva.

E, visando o curso de Licenciatura em Pedagogia, acreditamos que ele apresenta ao discente o universo complexo da educação, o progresso e os retrocessos educacionais nas diferentes disciplinas desse curso, e estimula e promove à aprendizagem para o exercício nos diferentes campos educativos, com intuito de atender às demandas socioeducativas da realidade (BRASIL, 2016). Nesse contexto, faz-se necessário que esses futuros (as) pedagogos (as) compreendam as

variações das PPE's e seus determinantes. Pois, são essenciais no processo formativo docente, além de mostrar o compromisso com a escolarização, que contribui na construção de valores, para a apreciação da vida humana em todas as dimensões, disponíveis através da cultura e do conhecimento veiculado em distintos meios (LIBÂNEO, 2001).

Diante deste panorama, o futuro docente licenciado em Pedagogia, impregnado de saberes teóricos, filosóficos, científicos, inicia o estudante nas ciências, nas linguagens, a fim de promover o desenvolvimento do pensamento autônomo, habilidades e atitudes, que refletirão no meio social (LIBÂNEO, 2001). Desta maneira, o indivíduo emergirá intelectualmente em diferentes áreas, na família, na comunidade, no ambiente escolar e seus atores, nos movimentos sociais (BRASIL, 1996).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, abrangerá a atuação de profissionais em diferentes etapas da Educação Básica (BRASIL, 2016). No entanto, focando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com duração de nove anos, tem o objetivo principal a formação básica do cidadão. E para isso busca desenvolver a capacidade de aprendizagem no pleno domínio da leitura, escrita, cálculo, formação de atitudes e valores. Além do ambiente natural e social, do sistema político, tecnologia, das artes, e os valores que promovidos pela sociedade, fortalecendo os laços familiares, e a vida em sociedade (BRASIL, 1996).

Por esses motivos, questiona-se: a troca de mandatos no Governo Federal implicou na interrupção ou manutenção da(s) Política(s) Pública(s) Educacional(is) voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, no marco temporal entre 2015 a 2020? É preciso destacar que esse questionamento surgiu a partir da vivência do cenário político que culminou na interrupção do mandato da presidenta Dilma Rousseff. Nessa linha, cabe aqui apresentar a compreensão do que viera ser mandato, vivido numa democracia representativa: a população concede aos eleitos para agirem na condição de seus representantes, tomando decisões baseadas na vontade popular, o que pode se comparar ao próprio povo governando, ou seja, o mandato corresponde a um contrato pelo qual alguém eleito representa outros, que executa um ou mais ato jurídico em seu nome – o povo (DALLARI, 2007).

Diante disso, este estudo tem por objetivo geral: Analisar as continuidades e as rupturas das Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, no período de 2015 a 2020, que será desdobrado em três objetivos específicos:

- Caracterizar as Políticas Públicas Educacionais dos anos iniciais do Ensino Fundamental, existentes no ano de 2015;
- Analisar as Políticas Públicas Educacionais federais para os anos iniciais do Ensino Fundamental, existentes nos anos de ruptura democrática (2016, 2017, 2018);
- Evidenciar as Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental, existentes no ano de uma nova gestão federal (2019, 2020)

Para melhor compreensão do desenvolvimento dessa pesquisa, essa monografia será organizada em quatro capítulos:

O primeiro capítulo é destinado à Fundamentação Teórica do Trabalho, que busca oferecer o embasamento da problemática. Então, inicialmente é explanada a trajetória da construção das Políticas Públicas, as condições das quais elas surgiram, além do conceito adotado nesse trabalho e os movimentos para construção e implementação das Políticas Públicas no Brasil. Dessa forma, destacam-se autores como: Dantas (2007), Fernandes (2007), Ham; Hill (1993), Lowi (1996), Rua (2009), entre outros que deram suporte para o entendimento dessa temática. Após esse tópico, abordamos sobre Políticas Públicas Educacionais no Brasil: contextos e objetivos, para o entendimento dos marcos que caracterizaram a dinâmica das políticas educacionais na Educação Básica. Para tanto, dialogamos com Saviani (2008), Libâneo; Oliveira; Toschi (2007) e outros autores.

No segundo capítulo é apresentada uma revisão de literatura sobre as políticas públicas educacionais de âmbito federal, selecionadas nos últimos cinco anos, nos sites das SciELO e ANPEd.

O Terceiro capítulo marca o caminho metodológico da pesquisa, no qual tecemos a natureza da pesquisa e os meios utilizados para a apreensão dos dados.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, no qual constatamos dez programas vigentes no governo de gestão democrática no ano de 2015. Nos anos do governo do golpe na democracia, observou-se que alguns

programas continuaram. No entanto, outros foram silenciados, ou substituídos. E, quanto ao governo da nova gestão, evidenciamos novos programas estabelecidos nos preceitos adotados por essa administração.

CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS E UM OLHAR PARA EDUCAÇÃO: BREVES REFLEXÕES TEÓRICAS

Este capítulo pretende discutir sobre a trajetória da construção das Políticas Públicas, evidenciando o surgimento, os processos e os conflitos para sua elaboração, além do conceito adotado neste trabalho. A segunda parte deste capítulo concernirá sobre a Políticas Públicas Educacionais no Brasil: contextos e objetivos, observando suas nuances desde a implementação da Educação pelos jesuítas aos tempos atuais. Salienta-se que essa fundamentação não tem o intuito de esgotar o tema, mas buscar elementos teóricos e reflexivos necessários para esse estudo.

1.1 UMA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na Europa Ocidental, o período entre os séculos XVI e XIX aproximadamente, é conhecido como a Modernidade. Neste contexto, acontece o que conhecemos como minimização da problemática da pobreza, e a exclusão social é evidenciada no capitalismo e na sociedade de mercado, o que provém do acúmulo do capital e da transferência das pessoas do campo para a cidade, o que modificou drasticamente as relações de trabalho. Com o passar do tempo, o contingente populacional foi aumentando, a ponto de serem criadas algumas leis que visassem os pobres, com o intuito de “controlá-los”, pois esse grupo social representava a violência, patologias e os maus costumes. Essas leis os obrigavam trabalhar e, em troca, eram fornecidas alimentação, complementação salarial ou concessão da renda mínima, assim como essa parcela da população era acolhida em asilos e casas de trabalho. Com isso, é reconhecido na literatura que as referidas leis são as primeiras iniciativas governamentais para a proteção social (SANTOS, 2014).

Assim, o Estado inicia sua função com as Políticas Públicas (PP's), que visava a implementação da justiça social com provimento de bens e serviços, através do papel provedor do Estado e do avanço da cidadania. É sabido que, antes da primeira guerra mundial, o mundo vivia o regime totalmente liberal de Estado mínimo, e começava a experimentar a dinâmica da urbanização e industrialização entre os séculos XIX e XX, por meio da instalação de fábricas, e em torno delas a criação de cortiço para muitas pessoas, que viviam sob precárias condições sanitárias e

hidráulicas, além da ausência de saneamento básico. Esse contexto social acarretava diversas epidemias e diminuía a expectativa de vida. Além disso, havia um alto índice de mortalidade infantil (FERNANDES, 2007).

Nesse bojo das desigualdades sociais, o Estado tomou medidas em oposição de outras ideias, que culminaram em tentar melhorar as condições de vidas das pessoas, garantindo a essas os direitos fundamentais que consistem em: direitos civis no século XVIII, os políticos século XIX, sociais no século XX, conforme as perspectivas de Marshall. O primeiro tem a prerrogativa das liberdades individuais em realizar escolhas, e essas serem asseguradas. O segundo consiste no direito de votar e ser votado. Quanto aos sociais, expressam que todos são iguais, podendo usufruir dos serviços que o Estado oferece, como educação, saúde, lazer e outros, que podem ser resumidos na promoção do bem-estar social (DANTAS, 2007).

Dessa forma, é preciso ratificar para quem são destinadas as PP's? A sociedade, a qual se apresenta em suas complexidades relacionadas aos distintos interesses, recursos de poder que perenemente interagem com a finalidade de satisfazer as necessidades do conjunto de indivíduos que a comporta (RUA, 2009). Pensando na diversidade existente em uma sociedade, torna a vida “[...]complexa e potencialmente envolve, ao mesmo tempo múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito” (RUA, 2009, p.15). Destas, a última pode gerar desavenças para o acesso e a disposição de recursos, que podem ser compreendidos por riquezas ou poder e prestígio. Assim, as situações de conflito podem oferecer indícios do uso da violência, gerando o confronto. No entanto, a vida em sociedade é coletiva e, para sua sobrevivência, é necessário que os conflitos sejam administráveis, com a construção de consensos, os quais são acordos firmados pela coletividade. Esses são formulados de duas maneiras: a coerção e a política. A primeira consiste em reprimir, havendo um custo elevado, pois requer a aplicação da força policial. A segunda se refere à ação do Estado para fazer valer o direito. É na política que há produção de consensos para evitar o confronto (ou guerra), culminando para resolução das divergências sem o uso da força (RUA, 2009).

Pensando nisso, as PP's são visualizadas, segundo Fernandes (2007), por duas dimensões: uma dimensão técnica e uma dimensão administrativa, pela sua eficiência e as consequências nos grupos sociais de interesse, além de observar que toda PP é uma forma de intervir nas relações sociais. Essas dimensões não englobam

totalmente o entendimento sobre as PP's, pois o Estado pode optar em qual área quer atuar, quando, e o porquê atuar. Assim, ele realiza a atividade política, ou melhor, efetua sua decisão que impacta diretamente os nichos sociais interessados. Em contrapartida, resulta em direitos ou garantias para os alguns grupos, estabelecendo a justiça social, estando ciente de sua atribuição e as decorrências das suas ações (FERNANDES, 2007).

Pode-se então compreender que as ações para a formulação das PP's se expressam em uma característica intencional que busca alcançar seus objetivos. Nesta linha, a etimologia relaciona que as palavras Políticas Públicas especificam as decisões do povo da cidade ou do território. Dessa maneira, o dessecamento do termo Políticas Públicas exprime um caso específico da política. Assim, a palavra Política vem do grego *politiká*, que alude uma pessoa livre que participa nas tomadas de decisões sobre o destino da cidade, a *pólis*. E a palavra pública é de origem latina, *publica*, que se traduz em povo, do povo (OLIVEIRA, 2010).

Para entender a complexidade das PP's, é importante conhecer de que maneira elas são elaboradas. Segundo Fernandes (2007), o ciclo de políticas públicas consiste em: construção da agenda, formulação das políticas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação. A agenda é o resultado do meio competitivo, no qual os atores políticos lutam para que suas questões de interesse (material, ideológico, potencial) sejam um problema político. Além disso, a agenda também pode ser afetada pelos processos de evidenciação das demandas². Assim, o governo investirá tempo e energia para tentar resolvê-lo (FERNANDES, 2007; WU, 2014).

Quanto à explicitação das demandas, tem-se o reconhecimento da situação problemática, que, de acordo com Rua (2009), podem ser: demanda nova (surtem das mudanças sociais e/ou tecnológica, que culminam em novos problemas ou no surgimento de novos atores políticos), demanda recorrente (quando uma problemática não foi resolvida ou mal resolvida, voltando aparecer no debate político), demandas reprimidas (quando envolve a não decisão, prolongando um situação que causa insatisfação, sem haver a mobilização governamental, portanto, são aquelas que não

² Demandas é compreendida como reivindicação em resposta às condições ambientais que requerem soluções específicas e criativas, resultando na elaboração de uma Política Pública (HAM; HILL, 1993), podendo ser exemplificada pelas solicitações de bens e serviços na área de educação, saúde, transporte, segurança e outros (RUA, 2009).

fazem parte da agenda governamental). Assim, a formação das agendas pode ser influenciada por outros aspectos, por exemplo, a proposição de políticas e o fluxo da política. A primeira é voltada para as ações de atores visíveis e invisíveis, e a última refere-se às forças políticas organizadas, a disputa interpartidária, e o sentimento nacional em relação ao governo e suas necessidades (RUA, 2009).

Para tentar resolver os problemas, são instituídas as arenas, um espaço de decisão sobre a tese política que envolve os atores, formulando alternativas baseadas nos seus interesses e expectativas. E, para conseguir atingir seu alvo, utilizam dos recursos de poder, realizam negociações e constituem alianças, troca de favores e outros (RUA, 2009). As arenas políticas são divididas em três, segundo Lowi (1996): distributiva, redistributiva, regulatória. Na arena distributiva, existem poucos conflitos. Com isso, são formadas coalizões (alianças ou acordos políticos) entre indivíduos que não têm nada em comum, pois estão voltadas para assistência mútua. Logo, esta arena é destinada aos bens e serviços, por exemplo, em hospitais, estradas, livros didáticos, vacinas. A arena regulatória tem o estabelecimento de conflitos e, para validar interesses, são formadas coalizões com indivíduos que compartilham dos mesmos objetivos. Nessa arena, tem-se a criação de regras, definição de sanções, a concessão de privatizações, ou seja, é uma forma de regular toda atuação de recurso público, por exemplo o Código Ambiental.

Já a arena redistributiva tem ligação com o Estado de bem-estar social, de forma que cria mecanismo de intervenção na sociedade com o objetivo de minimizar as desigualdades, por exemplo, a reforma agrária. Aqui é estabelecido quem ganha ou perde e para onde vão os recursos. Nesta linha, a referida arena envolve divisões, ou melhor, divisões de classes sociais, ativando interesses dessa espécie. Na arena redistributiva é que se pode visualizar algum tipo de coesão no interior das associações consideradas mais importantes, pois destinam maior parte do tempo (LOWI, 1996).

Quando um problema é inserido na agenda governamental pode ser observado por modelos de análise de política no processo de decisão. Nessa abordagem são examinadas as alternativas para escolha da solução. Assim, a análise de políticas auxilia solução de problemas sociais. O intuito da análise é agregar conhecimentos multidisciplinar para interpretar as causas e as consequências das ações governamentais, particularmente voltadas para a elaboração da política (HAM; HILL,

1993). Assim, a decisão sobre a política pública é manifestada em determinações legais, por exemplo, leis, decretos, resoluções, ações judiciais, e outros (RUA, 2009).

A implementação das políticas públicas envolve diferentes etapas incluindo as decisões realizadas por grupos ou sujeitos, os impactos que podem causar nas organizações sociais, a execução da decisão que identificou o problema. Nesta linha, a implementação torna-se concreta, ou melhor, ela sai do papel e começa a ser vivida, porquanto a clareza sobre os objetivos pretendidos, vigentes nos mecanismos administrativos, tais como: inclusão dos recursos no orçamento público, a capacitação de pessoas e formação de equipes e outros, para operacionalizar os planos, os programas e projetos (WU, 2014).

O monitoramento da PP examina continuamente as ações planejadas com o foco nos objetivos, nos resultados e nos impactos. E, nessa partida, são realizados ajustamentos dos desvios de objetivos detectados, visando melhorar os trabalhos dos indivíduos envolvidos no processo. Além disso, o monitoramento prima pela estrutura da política, traduzidas em planos, programas e projetos, baseados na análise de informações (RUA, 2009). Para melhor compreensão do que viera ser um plano, programa e projeto, Carvalho (1978) *apud* Teixeira [s.d., p. 4] apontam:

PLANO – É o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade. PROGRAMA – É o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública. PROJETO - É a menor unidade do processo de planejamento. Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.

Nesse sentido, o ponto diferencial desses instrumentos é referente às decisões e detalhamento das operações práticas. Assim, o plano abrange um maior conjunto de decisões em comparação ao programa, e o projeto menor que o último, ou seja, estão em ordem decrescente. Em contrapartida, o projeto consiste em mais detalhamento das operações que serão executadas comparado ao programa, e conseqüentemente ao plano (CARVALHO, 1978 *apud* TEIXEIRA, [s.d.]).

Quanto à etapa que trata da avaliação da PP, esta consiste em detectar se as ações desenvolvidas estão de acordo com o esperado, ou se é necessário fazer uma

reestruturação ou não das atividades aplicadas. Caso não estejam relacionadas à realidade dos problemas, pode também ocorrer que a sua extinção seja mais plausível para determinadas circunstâncias. Para avaliar uma PP, são utilizados diferentes métodos e técnicas, conforme o intuito da avaliação, estudando ainda com profundidade e estabelecendo critérios para obtenção dos resultados (WU, 2014).

Diante disso, é possível considerar que a criação da PP é uma atividade complexa, pois existe o conflito de diferentes interesses e expectativa, visando benefícios individuais e coletivos, o que também é plausível em um regime democrático, que congrega visões diferentes para o bem comum. Nessas circunstâncias, são elaboradas as Políticas Públicas Educacionais, e o desafio para implementação requer recursos humanos e financeiros.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: CONTEXTOS E OBJETIVOS

Sabendo o intuito da elaboração das Políticas Públicas (PP's) e sua amplitude nas diferentes áreas que buscam o bem-estar o social da população, nesse tópico serão destacadas as Políticas Públicas Educacionais (PPE's), que consistem na tomada de decisões referentes à educação (SAVIANI, 2008).

Como já foi visto, a educação é de responsabilidade governamental, e é nesse contexto que se configura nas Políticas Públicas. Cabe ao governo prover um ambiente de ensino com estrutura física adequada, com provimento e manutenção de materiais didático-pedagógicos para auxiliar na prática docente, além dos atores responsáveis pelo funcionamento da escola como: os professores, os coordenadores, os técnicos, a equipe gestora, os funcionários dos serviços essenciais, por exemplo, da limpeza, da manutenção do prédio escolar (OLIVEIRA, 2010).

Cabe aqui explicitar que acreditamos que o processo histórico das PPE's é relevante para compreensão delas, porém o espaço deste não comporta uma análise profunda dessas políticas. Então, de forma breve, serão pontuados alguns períodos que julgamos ser essenciais para esse estudo.

Partindo da premissa da deliberação estatal sobre a educação, as primeiras iniciativas das PPE's aconteceram sob a determinação de D. João III, rei de Portugal

no período colonial, atribuindo aos jesuítas a responsabilidade pela educação no Brasil. No entanto, a Coroa portuguesa não investia na educação. E, mais tarde, houve um rudimentar financiamento da educação, pelo plano chamado de redizima, no qual uma porcentagem de 10% de todos os impostos era para manutenção da educação jesuítica, lembrando que nem todos tinham acesso a essa educação, mesmo sendo financiado com os recursos públicos (SAVIANI, 2008).

Outra ação relevante na colônia foram as aulas régias que correspondiam ao ensino secundário pautadas nas ideias iluministas, mediante a reforma pombalina para o desenvolvimento do ensino laico, substituindo a educação dos jesuítas. Na implementação destas aulas, a história destaca que não existia um lugar próprio, as aulas aconteciam em diferentes locais, com a ausência de materiais que auxiliassem os professores na sua prática pedagógica e que, muitas vezes, todos esses elementos ficavam a cargo do próprio professor. Porquanto, a Coroa financiava apenas os subsídios literários, o salário do professor e as diretrizes curriculares para o ensinamento da matéria. Pode-se entender que essas e outras questões foram os primeiros passos para uma escola pública, que teve uma gestação muito difícil, pois entre idas e vindas, para ter-se uma instituição pública, muitos anos se passaram e pouco era investido na educação (SAVIANI, 2008).

Na segunda metade do século XIX, no período imperial brasileiro, volta-se a investir na educação pública, configurando a responsabilidade estatal, por exemplo, o documento conhecido como lei das escolas ou primeiras letras de 15 de outubro de 1827, que tinha o intuito de criar escolas em locais mais populosos. No entanto, não houve a aplicação prática. Passando para o século XX, especificamente no ano de 1930, o país motivado pela necessidade de ofertar mão de obra para a indústria, além de uma construção da sua imagem desenvolvimentista, modifica as estruturas física, pedagógicas e sociais da educação, para as leis do mercado. Nessa linha da unidade executora da PPE, o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, MESP, a educação era uma questão nacional, pois existia uma discussão sobre o processo de descentralização do ensino. Essa estava sendo discutida nesse momento no âmbito civil e não só social, conforme a Constituição de 1934, que determinava o percentual dos impostos para esferas federais, estaduais, municipais na educação (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007; SAVIANI, 2008).

Passando pelo período militar, os investimentos educacionais diminuíram, provocando a centralização e o fortalecimento do executivo sobre as PPE's, porquanto os movimentos de educação, educação popular e de cultura foram reprimidos. No entanto, os militares tinham, em teoria, a proposta de tornar o Brasil um país grande, e isso era incompatível com os baixos níveis de escolaridade. Sendo assim, uma das ações foi a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a finalidade de atender os direitos de cidadania e o modelo econômico adotado durante o regime (HADDAD; Di PIERRO, 2000). Nesse período histórico, houve o repasse da responsabilidade para os municípios de ministrar o Ensino Fundamental, sem o oferecimento de condições financeiras e técnicas, visto que nem era reconhecida existência administrativa dos municípios (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007).

Ainda no século XX, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, voltam a figurar os percentuais mínimos para o financiamento da educação, oriundos da receita de impostos, sendo 18% da União e 25% dos Estado e Municípios (SAVIANI, 2008). Os recursos educacionais podem ser utilizados na implementação das políticas, para melhorar a qualidade da educação, bem como a valorização do magistério, culminando na promoção da justiça social. Nessa vertente, alguns governos, por diferentes motivos, não observaram o investimento na educação como prioridade. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), por exemplo, resolveu criar fontes de receitas para não entrar como imposto e, dessa forma, não precisava ser destinado à educação (SAVIANI, 2008). Por outro lado, o mesmo governo teve um olhar voltado para o Ensino Fundamental, realizando ações que culminaram nos kits eletrônicos para escolas, livros didáticos, avaliações externas, currículo nacional, recursos financeiros (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007). Em seguida, outros governos, tais como os governos petistas que realizaram a manutenção e ampliação dos recursos didáticos, aumentaram o número de cursos técnicos, superiores, e possibilitaram via programas, projetos e bolsas de condições de acesso e permanência dos estudantes em seus respectivos cursos, pois acreditavam na educação como agente transformador da realidade (PT, 2002).

Ressalta-se que, para ocorrer a universalização do ensino primário e erradicação do analfabetismo, a CF/88 determinou que os três entes federativos (União, Estados e Municípios) destinassem 50% do seu orçamento educacional para as finalidades anteriormente mencionadas no prazo de 10 anos. O que não ocorreu.

Assim, próximo ao vencimento do prazo, o Governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para as referidas finalidades no governo FHC, que vigorou até 2006. Em 2007, houve mudança para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)³, que vigorou até 2019, e sua continuidade foi aprovada no ano de 2020. O Fundeb é responsável pelo financiamento na Educação Básica, mantendo o mínimo de investimento com intuito de combater as desigualdades sociais (SAVIANI, 2008).

Embora no mundo globalizado as agendas econômicas sejam semelhantes entre os países, o Produto Interno Bruto (PIB) é utilizado para aferir as riquezas de um país durante o ano, e serve de referência para saber o quanto é investido nos diversos setores da sociedade, como a educação (SAVIANI, 2007). E, consoante a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e outras providências com validade de 10 anos, estendido até 2024, a VIII diretriz aponta o investimento recursos públicos com a proporção do PIB para educação, observando o padrão de qualidade e equidade (BRASIL, 2014).

No entanto, com o rompimento democrático através do processo de *impeachment*, um golpe legislativo-judicial-midiático da presidenta Dilma Rousseff, condenada por crime de responsabilidade fiscal, conhecido como as *pedaladas fiscais*, proporcionou alargamento na interpretação da Lei nº1.079/1950 de Responsabilidade Fiscal, sob o argumento de crime de responsabilidade, sabendo que na própria lei é caracterizado o crime contra os cofres públicos. Assim, não há diálogo com o crime de responsabilidade que envolve o *impeachment*. Então, no dia 31/08/2016, o Senado Federal condena a presidenta pelo crime anteriormente citado (NOGUEIRA, 2016).

Com saída da presidenta, assumiu o governo o vice-presidente Michael Temer, e em seu governo houve a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 241, na Câmara de Deputados, e nº 55, no Senado, passando então a ser a Emenda Constitucional nº95/2016 que trata do Novo Regime Fiscal, com prazo de 20 anos, congelando as despesas primárias (as quais são obrigatórias e realizadas pelos

³ Sabe-se da importância do FUNDEB para Educação Básica, incluindo o Ensino Fundamental. No entanto, pela amplitude da política e o tempo para finalizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), optamos por não adentrar nesta política.

poderes públicos) e liberação do pagamento da dívida pública. Dessa maneira, com a Emenda Constitucional, o governo poderá gastar um montante igual ao ano anterior corrigido pela inflação, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo⁴ (IPCA) (AMARAL, 2017; BRASIL, 2016).

Vale ainda ressaltar que se entende por despesas primárias (AMARAL, 2017, p.4), “[...] aquelas que ocorrem com o pagamento de pessoal e encargos sociais, água, luz, telefone, limpeza, vigilância, pessoal terceirizado, material de consumo, aquisição de equipamentos, material permanente, construções, aquisição de imóveis etc.”. E as despesas referentes ao “[...] pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, ou seja, para essas despesas não há nenhuma limitação, podendo, é claro, ultrapassar o limite imposto pelo IPCA para as despesas primárias” (AMARAL, 2017, p.4). Dessa maneira, Amaral (2017) afirma que a possibilidade do cumprimento das metas do PNE se torna remota, conforme a sua análise no aporte de recursos financeiros destinados ao MEC nos quatro anos de vigência do PNE.

Consoante ao golpe na democracia, surgiu um novo modelo político e ideológico na gestão da federação brasileira, assumindo modificações no sistema educacional brasileiro, sem a ocorrência do diálogo com os grupos sociais interessados no trabalho com a educação. Nessa linha, houve a aprovação da Reforma do Ensino Médio⁵, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que tange à Educação Infantil e o Ensino Fundamental e as discussões em torno do projeto denominado como “Escola Sem Partido”. Quanto à BNCC, é um documento que tem o intuito de homogeneizar o que deve ser ensinado em cada etapa de ensino da Educação Básica, não articulada com a LDB e o PNE, pois exclui as modalidades de

⁴ Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) – tem o intuito de medir a inflação da cesta de serviço e produtos comercializados em varejo de consumo pessoal das famílias de área urbana, com rendimento que varia de 1 a 40 salários-mínimos, e para alteração das taxas de juros. Lembrando que essa faixa de renda tem o intuito de cobrir 90% das famílias que pertence às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 fev.2021.

⁵ Sabendo que a Reforma do Ensino Médio é de grande impacto, mesmo não sendo intuito desse trabalho, vale salientar que essa foi criada a partir da Medida Provisória nº746/2016, depois seguiu para Câmara dos Deputados como um Projeto Lei, passou no Senado e foi criada a Lei nº13.415/2017 que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, modificando assim a LDB. Nesta também é adicionada os objetivos de aprendizagem para os estudantes em conformidade com a BNCC. Sendo, portanto, obrigatório nos três anos de ensino de Língua Portuguesa e Matemática. Além dessas, Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia são obrigatórias no currículo, anteriormente suprimida e depois adicionada (BRASIL, 2017a).

ensino, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Técnico-Profissional, e marginaliza o debate sobre as escolas indígenas, quilombolas e educação do campo, pois os conteúdos estão distribuídos por série/idade dificultando uma construção do currículo baseado no Projeto Político Pedagógico da escola (CASTRO NETA; CARDOSO; NUNES, 2018).

E, no que compete à Escola Sem Partido, é um movimento que se diz apartidário, no qual o sujeito não pode ser doutrinado segundo as visões do professor, pois é compreendido que estes podem influenciar nas opiniões dos estudantes perante a família e seus costumes, devido aos usos das ideologias dos docentes. Em contrapartida, os críticos mostram que isso é uma utopia, porquanto está implícita articulação entre parlamentares de posições políticas conservadoras nos diferentes níveis da federação (FRIGOTTO, 2017).

E, atentando para a qualidade da educação, foi criado no ano de 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avalia o desempenho dos estudantes na aprendizagem, articulando com o fluxo escolar e estabelecendo uma nota para refletir o estado da Educação Básica. Sobre esse índice, existem algumas críticas que apontam que os fatores avaliados não explicam a qualidade da educação (CHIRENEA; BRANDÃO, 2015). Assim, tem-se também um outro instrumento, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que realiza um estudo comparativo pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cada três anos, no qual apresenta os resultados do conhecimento sobre a vida social e econômica de estudantes com idade de 15 anos, comparando com os de outros países e observando suas práticas no campo educacional, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação e equidade nas aprendizagens. E o último PISA, realizado em 2018, indica que o país apresenta um baixo rendimento escolar dos estudantes, na leitura, em matemática, e em ciências (BRASIL, 2018a).

Partindo disso, as PPE's são essenciais para assegurar qualidade da educação, contribuindo para ascensão social. Assim, conhecendo os direitos sociais, o cidadão poderá cumprir com suas responsabilidades, observando deveres e exercendo suas atribuições políticas, civis e sociais de forma consciente.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE ÂMBITO FEDERAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo de fazer uma revisão de literatura consiste em examinar alguns trabalhos disponíveis, com a finalidade de selecionar os que podem contribuir mais para o estudo. Nessa linha, através da questão de pesquisa, foram catalogados os saberes e os estudos com o intuito de contribuir no conhecimento do pesquisador e afunilar as perspectivas teóricas para o tema de estudo (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Sendo assim, foram consultados os bancos de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre os meses de setembro e outubro de 2021. A escolha dessas duas plataformas é pela relevância de ambas: a SciELO, por concentrar as principais revistas e artigos de nossa área, e a ANPEd, por ser a principal associação de pesquisadores em educação no nosso País.

No que concerne à base da SciELO, foram encontrados 114 (cento e quatorze) trabalhos dos últimos 5 (cinco) anos, com a seguinte palavra-chave: Políticas Públicas Educacionais. Além disso, houve a seleção de alguns filtros, para publicações nacionais e para a Revista Brasileira de Educação. Assim, foram selecionados 3 (três) trabalhos na primeira busca. É importante destacar que realizamos uma nova busca, desta vez sem a seleção da revista e encontramos 111 (cento e onze) trabalhos sobre Políticas Públicas Educacionais.

Para selecionar os artigos mais relevantes para esse estudo, foi realizada uma triagem dos 114 artigos, elencando características, tais como: o título do trabalho que tratava das PPE, referência aos anos iniciais do Ensino Fundamental, e aqueles que geravam dúvidas foi realizada a leitura dos resumos, com o objetivo de agregar ou descartar conforme o enfoque deste trabalho. E, deste total de trabalhos, destacam-se 6 (seis) artigos que mais se aproximaram do problema de pesquisa e auxiliaram na compreensão da temática em estudo. Estes foram agrupados em três blocos: o primeiro trata das Políticas Públicas Educacionais (PPE's), o segundo sobre Democracia para existência das PPE, e o terceiro sobre exemplo de algumas PPE's.

O primeiro bloco, no qual são destacados 3 *trabalhos* sobre as PPE's, partiu da premissa que as decisões tomadas na educação têm impacto nas diferentes áreas que permeiam a vida humana, como saúde, economia e outras. Publicado na revista

Educação e Pesquisa o artigo intitulado: “*O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais*”, de autoria de Jacomini (2020), tem sua relevância para esse trabalho, porquanto ajuda a compreender o conceito de Estado que existe no Brasil. Além disso, apresenta que tal conhecimento contribui para o desenvolvimento das políticas públicas, as quais são fundamentais na busca de equidades sociais, econômicas, educacionais em um país.

Nesse contexto, o trabalho de Goergen (2019) publicado na revista *Educação e Sociedade*, com título: *Educação & Sociedade e as Políticas Públicas em Educação*, possui uma importância histórica ao apresentar que a educação brasileira passou por diferentes momentos pendulares, o que se relaciona com as perspectivas de que a educação avança ou retrocede, conforme o modelo econômico e ideologias, o que corrobora com a investigação do nosso estudo, buscando evidenciar ou não essa afirmação.

O artigo publicado na revista *Dados*, intitulado *Dificuldades de Coordenação e Políticas Educacionais no Brasil: O Caso do Ensino Fundamental*, sendo os autores Torres, Camelo e Castro (2019), tem sua importância para esse estudo, porquanto trabalha com a ausência de coordenação na execução de políticas voltadas para o Ensino Fundamental, através de pactuação e gestão entre as redes municipais e estaduais. Com isso, utiliza os dados evidenciados pela política pública - a Prova Brasil - mostrando que o desempenho escolar mais baixo pode ser originado pela ausência de articulação entre os sistemas de ensino (estadual e municipal no que compete a etapa do Ensino Fundamental). Assim, é possível compreender que a avaliação das etapas de ensino, programas, projetos são essenciais para o desenvolvimento ou recuo de uma política pública, na área educacional, o enfoque deste trabalho.

O segundo bloco é sobre a democracia, a qual realiza a escuta dos desejos dos diferentes grupos populacionais, cabendo ao governo, formado por seus representantes eleitos pelo povo, inserir a problemática na agenda. Assim, foi selecionado apenas *um artigo*, publicado na revista *Katálisis*, por título: *Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras*, de autoria de Carvalho e Carvalho (2019). Este artigo contribui para melhor compreensão da problemática desse estudo, porquanto ele apresenta uma discussão sobre os tipos de democracias substantivas de cunho mais socialista, que lutam pelos direitos das

peças, e a democracia liberal representativa, a qual fazemos parte, explicitando divergência entre realização das políticas públicas, em especial para educação e saúde. Portanto, é observado que, após o golpe de 2016, houve contrarreformas que culminaram com a perda de direitos. A democracia liberal representativa é incompatível com os anseios para emancipação humana e, assim, a educação é fragilizada pela ausência recursos, seguindo o projeto do capitalismo, iniciado e continuado para a privatização na educação em todos os níveis de ensino no Brasil. Dessa forma, é possível localizar-se no tipo de democracia para melhor apreender o papel das PPE's no atual governo brasileiro, o que dialoga com esse estudo, pois a elaboração dessas é determinante para o desenvolvimento de um país marcado pela desigualdade social.

O último bloco congrega *dois trabalhos* que tratam de alguns exemplos das PPE's, pois é interessante saber as aplicações para compreender sua importância em um país, uma vez que a educação é transformadora e emancipatória, porquanto é por ela que o indivíduo pode mudar sua realidade.

O artigo intitulado *O discurso sobre tecnologia nas políticas públicas em educação*, de Heinsfeld e Pischetola (2019), publicado na revista *Educação e Pesquisa*, colabora com esse estudo ao apresentar a análise das Políticas Públicas aplicadas na educação, para compreender temática da tecnologia no PNE e no Programa de Inovação Educação Conectada, explicitando as nuances que giram entorno do tema. O que se articula com o presente estudo ao relacionar programa e plano instituídos pelo Governo Federal com a perspectiva de melhoria da área educacional.

O trabalho de Pertuzatti e Dickmann (2019), intitulado: *Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* publicado na revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, coopera com esse estudo, ao trazer a análise de documentos normativos para educação, observando divergências e convergências entre os termos, o que delimita sua relevância em apresentar que a interpretação das palavras pode ser alterada em conformidade com as teorias educacionais adotadas para construção e aplicação de determinadas políticas educacionais na educação.

No que concerne aos artigos publicados na ANPEd, foram encontrados 89 (oitenta e nove) trabalhos, divididos nas três últimas reuniões (anos 2015, 2017, 2019), utilizando o seguinte critério como filtro: explanação e conceituação sobre PPE's inseridas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especificamente no Grupo de Trabalho cinco (GT 05), que tem o título: *Estado e Política educacional*. Nessa perspectiva, foram selecionados *quatro trabalhos*.

Assim, o trabalho intitulado: *Operacionalização das políticas públicas em educação e suas consequências: alterações no financiamento*⁶, das autoras Casagrande e Oliveira (2015), tem sua valoração para esse estudo ao mostrar que o desenvolvimento de políticas educacionais. É necessário financiamento e, nesse caso, inicialmente houve com o FUNDEF que abrangia uma etapa da Educação Básica (Ensino Fundamental). Posteriormente, com o FUNDEB, contempla-se toda educação básica, enfatizando que o surgimento desses fundos pode ser necessário para melhoria da educação, o que nos motiva ainda compreender melhor a questão problema sobre as continuidades e rupturas das políticas educacionais.

Com base no artigo de título: *A qualidade da educação como prioridade da agenda pós-2015: mais do mesmo?*⁷, de autoria de Marques e Santos (2017), constata-se sua importância para este estudo devido à compreensão da qualidade educacional, observada pelo Organismos Multilaterais (Banco Mundial, Unesco, Estados Iberoamericanos) que afirmam a relação com a qualidade do professor. E com isso, argumentam que para atender essa demanda, é preciso a reestruturação da carreira docente (coincide com a reforma administrativa sobre o fim da estabilidade dos professores públicos), assim como sistema de incentivo como de punição para eles. Conforme a esses organismos, o desenvolvimento das políticas educacionais também sofre sua influência. Nesse sentido, a estrutura social e econômica estaria isenta.

O artigo *O papel da educação na formação de um Estado Brasileiro democrático: disputa pela hegemonia do projeto nacional dos enlaces de Álvaro Viera*

⁶37ª Reunião Nacional da ANPEd no ano de 2015, sendo encontrados 34 trabalhos, e para este estudo apenas um teve destaque, pois se relaciona ao objeto de estudo, focando no financiamento para desenvolver e implementar as PPE's.

⁷ 38ª Reunião Nacional da ANPEd no ano de 2017, nessa foram encontrados 27 artigos, no entanto apenas houve o destaque de um, sendo relevante para a compreensão da problemática de estudo, no que compete a interferências externas para tomadas de decisões quanto as PPE's brasileiras.

*Pinto e Paschoal Lemme*⁸, de autoria Silva Filho (2019), tem sua relevância na compreensão do debate sobre a (re)construção da democracia usando o Estado Liberal como sinônimo do Estado Democrático, e esse representado em parte por uma parcela da sociedade civil, visto que a educação é construída a partir dos ideários estabelecidos no regime que está em vigor no poder, sabendo que é através desta que o ser humano pode tomar consciência da sua condição e com isso buscar meios para realizar alterações na sociedade, porquanto espera que seja uma educação pública e gratuita. Nessa linha, a compreensão dessas discussões no texto contribui para observarmos as nuances das políticas públicas educacionais brasileiras que interferem diretamente no espaço escolar e, conseqüentemente, no que queremos da educação no presente e no futuro.

O artigo que tem por título *Redes de influência na agenda neoliberal e neoconservadora na educação brasileira*⁹, de autoria Silva, Lima e Hypolito (2019), coopera com esse estudo, ao elucidar sobre o conceito de governança, que implica em uma parceria público-privada, sendo que o Estado sofre influência de grupos pertencentes à sociedade civil, que busca inserir suas convicções em diferentes frentes: econômica, educacional (Políticas Públicas Educacionais). A educação é foco de influência desses grupos da nova direita, os neoliberais, neoconservadores, populista-autoritários e a nova classe média profissional, que defendem pautas conservadoras na educação contra a ideologia política e a doutrinação da ideologia de gênero. Essas estão inseridas no Movimento Escola Sem Partido (MESP), o qual afirma ter o objetivo de interromper militantes travestidos de professores que fazem prevalecer a sua liberdade cátedra para incutir suas convicções em sala de aula. Além do MESP, o outro movimento ocorreu na elaboração de um currículo centralizado, padronizado, homogêneo, traduzido no Movimento da Base Nacional Curricular (MBNC), que busca melhorar a qualidade educacional, bem como respeitar os direitos de aprendizagem dos estudantes e contribuir na formação de professores, construção dos recursos didáticos e nas avaliações externas. Esse movimento é oriundo da participação da sociedade (parcela) com o intuito de buscar uma educação pública de

⁸39ª Reunião Nacional da ANPEd no ano de 2019, houve a seleção de dois trabalhos que convergem sobre a temática de estudo, pois trás de uma forma geral, alguns conceitos necessários para o entendimento das motivações necessárias para o desenvolvimento de PPE,s.

⁹39ª Reunião Nacional da ANPEd no ano de 2019, houve a seleção de dois trabalhos que convergem sobre a temática de estudo, pois trás de uma forma geral, alguns conceitos necessários para o entendimento das motivações necessárias para o desenvolvimento de PPE,s.

qualidade nos interesses neoconservadores e neoliberais, a partir da parceria público-privada que julga os princípios morais do que precisa ser ensinado. Nesse contexto, o artigo auxilia na compreensão dos possíveis avanços e retrocessos em relação à educação nos períodos delimitados para o estudo, visto que, através da governança, é plausível modificar a forma do Estado gerir a educação, refletindo na elaboração ou exclusão de Políticas Públicas Educacionais.

Mediante ao levantamento desses estudos pode-se perceber que para o desenvolvimento das PPE's, é preciso compreender o conceito de Estado, democracia, qualidade educacional, para entender sua criação e implementação. No entanto, ao longo das leituras, observou-se nos exemplos das PPE's que apenas termos podem mudar a concepção da política, assim como, atores que podem influenciar no desenvolvimento dessas em detrimentos das suas aspirações pessoais, que não representam a maioria da população, pois visam o lucro e não as necessidades educacionais presentes no país.

CAPÍTULO III: O CAMINHO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentaremos o caminho metodológico da pesquisa: sua natureza, instrumentos e perspectiva de análise de dados.

3.1 NATUREZA, MEIOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Com o intuito de elucidar a problemática das Políticas Públicas Educacionais de cunho federal, presentes no sistema educacional brasileiro, que acreditamos promover a transformação social, a pesquisa é de caráter qualitativo, por destacar a interpretação do fenômeno social. Assim, o pesquisador faz a imersão sobre a problemática de interesse para realizar a leitura de forma aprofundada, compreendendo a natureza das circunstâncias, efetuando os movimentos de observação, questionamentos, análise e interpretação para o fenômeno, visto que os estudos são voltados intencionalmente para o esclarecimento do problema de pesquisa. Nesse contexto, é possível explicitar que o enfoque do estudo qualitativo é voltado à experiência individual de situações, na qual são utilizadas técnicas conforme o enfoque epistemológico (SANTOS FILHO, 1997).

Em vista disso, o procedimento desse estudo é do tipo documental, que consiste na busca de documentos para elucidar a problemática em questão. Para isto, Laville e Dionne (1999, p.166) definem documento como qualquer fonte existente de informação, que impressas ou digitais podem ser:

Passando por diversos tipos de *dossiês* que apresentam dados sobre a educação, justiça, a saúde, as redes de trabalho, as condições econômicas, etc., sem esquecer os *artigos de jornais e periódicos* nem as *diversas publicações científicas*: revistas, atas de congressos e colóquios.

Nesta concepção, os documentos oferecem elementos de forma direta, cabendo ao pesquisador, realizar a triagem, interpretar e fazer o julgamento, e perceber se há relevância para pesquisa para realizar outros tratamentos. Assim, compete também afirmar que a pesquisa documental dispõe de mínimas despesas, pois os dados são de fácil acesso. Dependendo da informação do estudo, estes já podem ter sido tratados, apesar de que cada pesquisa tem objetos de estudo e objetivos distintos. Logo, os dados apreendidos terão novo tratamento. Todavia, a coleta de informações nos documentos é constituída através do movimento de reuni-

los, apreender e, efetuando uma ordem para assimilar, selecionar o que parece ser pertinente ou não (LAVILLE; DIONNE, 1999).

3.2 UNIVERSO PESQUISADO

Como um estudo documental, o universo de nossa pesquisa compreende os repositórios e banco de dados em que podemos encontrar referências sobre as Políticas Públicas Educacionais (PPE's) pesquisadas. Nessas plataformas, buscamos os documentos referentes às PPE's. Sendo assim, este trabalho buscou informações em sites e plataformas com a finalidade de responder à seguinte questão: a troca de mandatos no governo federal implicou na interrupção ou manutenção da(s) Política(s) Pública(s) Educacional(is) voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, no marco temporal entre 2015 a 2020?

É importante, mais uma vez, destacar que essa inquietação aflora no momento de ruptura democrática, mudança partidária e visão ideológica no poder executivo, porquanto apresenta preocupação quanto à progressão ou regressão das PPE's. Assim, o objetivo geral foi analisar as continuidades e as rupturas das Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, no período de 2015 a 2020, o qual foi fragmentado em três objetivos específicos.

Os dois primeiros objetivos específicos são: caracterizar as Políticas Públicas Educacionais federais dos anos iniciais do Ensino Fundamental, existentes no ano de 2015, e analisar as Políticas Públicas Educacionais federais para os anos iniciais do Ensino Fundamental, existentes nos anos de ruptura democrática (2016, 2017, 2018), trabalhados a partir de coletas realizadas no banco de dados *Scientific Electronic Library Online*¹⁰ (SciELO) e no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), especificamente no Grupo de Trabalho (GT 05), sobre Estado e Política Educacional¹¹. Além desses, foram feitas pesquisas nos sites do Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

¹⁰ Base de dados de trabalhos científicos que juntamente aos parceiros disponibilizam gratuitamente acesso aos artigos completos e periódicos, tendo a participação ativa de países, como, Brasil, Argentina, Chile, México e outros.

¹¹ A ANPEd como associação visa a publicização e discussão de pesquisas dos de programas de pós-graduação em educação com a participação de professores e estudantes sempre promovendo a ciência, a educação, a cultura.

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

É importante destacar que a busca no SciELO e na ANPEd também teve o intuito de adicionar mais informações constatadas nos sites do governo, tendo em vista a passagem temporal e a nova interface dos sites governamentais durante o levantamento das PPE's.

Com o último objetivo específico, busca-se evidenciar as Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental, existentes no ano de uma nova gestão federal (2019, 2020). Assim, percebemos que os locais mais adequados para o levantamento das dessas políticas são os sites do MEC, INEP, FNDE em conjunto com o Diário Oficial da União (DOU) e/ou Portal da Legislação (site do planalto.gov.br), que apresentam os decretos, as resoluções, ou seja, legislações para a implementação e desenvolvimento das PPE's, além de serem os canais abertos na comunicação transparente com a população, mostrando as ações governamentais.

Também realizaremos leituras de artigos, com a finalidade de observar se houve continuidade ou junção com outras PPE's ou, até mesmo, sua finalização, apreendendo as motivações que justificaram essas modificações, pois a elaboração de Políticas Públicas é configurada em várias etapas, julgando os interesses coletivos e individuais, além da disponibilidade de recursos para sua implementação.

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

O universo das Políticas Públicas Educacionais (PPE's), oriundas do Governo Federal, são traduzidas em programas, planos, projetos, e têm impactado direta ou indiretamente no ambiente escolar, precisamente no nível da Educação Básica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Após o levantamento dos dados, é necessário recorrer ao tratamento de informações, conforme afirmam Sousa Júnior, Melo e Santiago (2010, p. 34):

A análise dos dados, ainda que não se dissocie das demais fases, tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno.

Com base nessa reflexão, elencamos a análise conteúdo de Laurence Bardin, sendo a mais adequada para este trabalho. Assim, compreende-se que a análise de conteúdo trata de um conjunto de técnicas que objetivam analisar as comunicações e textos (documentos), buscando obter, através de procedimentos e descrições sistemáticas, a compreensão e reinterpretação dos significados das mensagens, sendo denominada de análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Essa perspectiva de análise dos dados é composta de três etapas: I – a pré-análise; II – a exploração do material; III – o tratamento dos resultados e interpretação. No que concerne à primeira etapa, ela é constituída pela leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que sustentam a interpretação. Na próxima etapa, as informações são codificadas a partir de unidades de registro, unidade de contexto, categorias. E, por fim, na última e terceira etapa, é realizada a interpretação dos dados obtidos através de inferências para construção de textos descritivos, argumentativos, analíticos, críticos, ressaltando as particularidades de generalidades (BARDIN, 2016).

Pensando nas propostas de Bardin (2016) e no roteiro Sousa Júnior, Melo e Santiago (2010), o Quadro 1 apresenta os meios realizados para responder à expectativa desse estudo.

Quadro 1 - Ações realizadas para chegar aos resultados

Fases	Ações
Pré-análise	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o número de artigos da plataforma SciELO, da ANPEd; • Leitura flutuante sobre os documentos pesquisados na plataforma e sites; em seguida, inteirar-se das PPE nos sites do MEC, INEP, FNDE; • Selecionar os documentos que comporão os resultados do trabalho;
Exploração do material	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração das resenhas dos artigos da plataforma SciELO e ANPEd; • (Re) seleção e agrupamento das PPE's referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental nos sites do MEC, FNDE; DOU, Portal da Legislação(planalto.gov.br); • Estabelecimento das categorias;
Tratamento dos resultados e interpretações	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição das PPE's, conforme os dados coletados; • Analisar as mudanças ocorridas nas PPE's que permaneceram; • Análise em conjunto aos autores que as abordam as PPE's e suas transformações;

Fonte: As autoras (2020).

Antes de iniciar o desenvolvimento dos resultados, constatamos a necessidade de fazer uma revisão nos dados coletados, ou melhor das PPE's, com a finalidade revalidar ou buscar alguma que tenha passado na primeira coleta. Nos dias 31 de março e 08 de abril do corrente ano, 2021. No entanto, é importante destacar que podemos não ter abarcado todas PPE's voltadas para a etapa de ensino do estudo, mas elas serão apresentadas no capítulo dos resultados.

Ao iniciar a etapa de exploração do material, percebeu-se que o universo pesquisado se apresentava bastante amplo, e que seria preciso haver uma filtragem, pois seria muito difícil conseguir dar conta dessa amplitude, no tempo disposto pela pesquisadora. Assim, foi estabelecido um ponto de corte nas PPE's voltadas para avaliação de grande escala. Dessa forma, desvinculamos as vinculadas ao INEP, pois elas apresentam tamanha complexidade que, por hora, não seria oferecida a atenção necessária, podendo levar para uma análise superficial que não trouxesse elementos importantes para esta pesquisa. Além desse recorte, houve necessidade de nova filtragem, pois estávamos diante de planos, programas e projetos, e não seria possível abarcar tal volume das PPE's. Então, optou-se em trabalhar apenas com os programas, porquanto é constituído de um conjunto de projetos e possibilita o alcance do objetivo maior de uma PP (CARVALHO,1978 *apud* TEIXEIRA [s.d]).

Partindo disso, seguimos as etapas de análises das PPE's disponíveis nos sites do MEC e FNDE, e concomitante ao Diário Oficial da União (DOU) e/ou Portal da Legislação (site do planalto.gov.br), esses dois últimos sites foram utilizados quando não eram encontrados os resultados nos sites principais, no caso MEC e FNDE, ou quando havia a necessidade compreender melhor o programa, ou confirmar se havia alguma movimentação no período especificado nos objetivos.

É relevante destacar que optamos por fazer o levantamento de programas articulados ao desenvolvimento da prática docente, ou seja, aqueles que interferem diretamente no trabalho do professor. Nessa linha, deixamos de fora os programas voltados para formação docente, visto que não conseguiríamos abarcar nesse trabalho, devido ao tempo que dispúnhamos.

CAPÍTULO IV – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ENTRE AS RESISTÊNCIAS E O SILENCIAMENTO

Anteriormente, no primeiro capítulo, buscamos compreender o desenvolvimento das Políticas Públicas de forma geral, conhecendo seu ciclo. Em seguida, observamos o seu papel no Brasil, mediante aos seus contextos e objetivos. Assim, realizamos o levantamento dos trabalhos produzidos disponibilizados em duas bases de dados: SciELO e ANPEd. No capítulo três, houve a apresentação de como os dados seriam coletados e analisados.

Dessa forma, cabe aqui mostrar os resultados da presença e/ou ausência, ou das PPE's dos últimos cinco anos, nos anos iniciais do Ensino fundamental.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EXISTENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ANO 2015.

Através da troca de governos, sabe-se que ocorrem alterações no setor administrativo, mediante o julgamento do eleito, buscando integrantes de sua confiança para o desempenho de atividades aos quais são atribuídos, além de simpatizar com suas perspectivas. Nessa linha, pode ocorrer diferentes modificações em distintos nichos, entre eles, a educação. Dessa forma, é relevante buscar informações anteriores para compreender o presente. E, pensando nisso, o Quadro 2 mostra PPE's voltadas para anos Iniciais do Ensino Fundamental, presentes em 2015, ainda no Governo da presidenta Dilma Rousseff. Salienta-se que essas PPE's são resultados de buscas nos sites do MEC e FNDE, nos quais houve a captação de *dez programas* voltados à etapa de ensino em estudo, e confirmadas no DOU e pelo Portal da Legislação.

Ainda sobre o Quadro 2 abaixo, as análises PPE's encontradas no referido governo serão pautadas pela sua importância na etapa de ensino de estudo, pois é partir delas que as ações são desenvolvidas pelo Poder Público no que se refere à escola.

Quadro 2 - Políticas Públicas Educacionais (Programas) em 2015

Políticas Públicas Educacionais (Programas) em 2015
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
Programa Caminho da Escola (PCE)
Programa de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
Programa Mais Educação (PME)
Programa Saúde na Escola (PSE)
Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)
Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)

Fonte: As autoras (2021).

Regido pela Lei nº 11.947/2009 e resoluções do conselho deliberativo, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – tem o papel de repassar os recursos financeiros diretamente para escolas públicas de Educação Básica dos entes federados, além das escolas de educação especial mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos e polos presenciais do sistema Universidade Aberta (UAB), que fornecem formação inicial e continuada para profissionais da Educação Básica, estando a União exercendo sua função supletiva (BRASIL, 2009). Assim, podem ser usados em despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, que colaborem para o funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da instituição de ensino, além de incentivar a autogestão escolar e promoção dos índices de desempenho da Educação Básica. Vale salientar que os valores dos recursos destinados a esse programa são baseados no cálculo do censo escolar, conforme o número de estudantes do ano anterior ao repasse, sendo que a escola precisa ter, no mínimo, 50 alunos matriculados para receber o recurso. Aquelas com menos estudantes terão o valor repassado pelas secretarias de educação (BRASIL, 2009a).

Sabendo que na escola é desenvolvida a educação formal que integra o estudante ao mundo sociocultural, sendo ela também responsável pela grande parte da aprendizagem do ser humano, o PDDE, através de assistência financeira, contribui na sua manutenção do ambiente de ensino. Nesse sentido, corroborando com a afirmação de Oliveira (2010), as PPE's são decisões tomadas a respeito da educação que interferem diretamente no contexto escolar, pois o governo é responsável pela manutenção predial, bem como atores que colaboram com o seu funcionamento: a gestão escolar, os docentes e outros profissionais, assim como a valorização dos profissionais, carreira e formação, entre outras medidas que colaboram no seu serviço.

Em consonância ao Quadro 2, o Programa Caminho da Escola – PCE – foi criado a partir do Decreto da Presidência da República nº 6.768, de 10 de fevereiro de

2009, e da Resolução nº 03, de 28 de março de 2007 do FNDE, com objetivo da padronização e renovação da frota de veículos usados escolares que forneçam qualidade de segurança aos estudantes, preferencialmente os das zonas rurais e ribeirinhas. No entanto, também é possibilitada a utilização dos veículos escolares por estudantes da zona urbana e Educação Superior, caso não haja prejuízo para os grupos beneficiários do programa, e devendo criar uma regulação própria. Além disso, o PCE promove o asseguramento de acesso e permanência dos educandos nas escolas da Educação Básica, diminuindo o índice de evasão escolar, em consonância ao Plano Nacional de Educação (PNE). Esse programa facilita a redução de custo de aquisição do transporte escolar. Para fazer parte do programa, Estados, Municípios e Distrito Federal poderão participar de três maneiras: por meio de recursos próprios dos entes federados, aderindo ao pregão eletrônico; através da assistência financeira do FNDE, via Plano de Ações Articuladas (PAR); ou linha de crédito do concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BRASIL, 2009b; 2017b).

Compreende-se que as PPE's têm finalidade de minimizar as desigualdades sociais e, nessa linha, o PCE cumpre seu papel no que tange a transportar o estudante de forma segura e com qualidade, pois tem parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Em consequência disso, principalmente o educando da zona rural tem a oportunidade de frequentar a escola e cumprir um dos princípios da LDBEN que consiste na garantia de acesso e permanência do estudante na escola, pois tem a perspectiva que a educação é um agente transformador da realidade (BRASIL, 1996; PT, 2002). Com isso, é possível reduzir a evasão escolar. Além disso, o Programa também permite o deslocamento de alunos da Educação Superior, desde que tenham sido atendidos os da Educação Básica, o que contribui na elevação do nível de escolaridade no país, afetando a família e a comunidade e, de certa forma, instigando outros grupos a acessarem a Ensino Superior, visto que não poderiam se deslocar por conta própria.

No que concerne ao Programa de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE –, ele é disciplinado pela Lei nº10.880/2004, sendo executado pelo FNDE; tem a premissa de fornecer assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados para assegurar o transporte de estudantes residentes na zona rural para escolas públicas da Educação Básica. O Programa realiza transferência automática dos recursos, sem

a necessidade de convênio ou outro instrumento congênera, para despesas de manutenção, licenciamento, impostos e taxas, e de instrumentos que garantam a segurança do transporte, que incluem: combustível e lubrificantes, pneus, câmaras e serviços de mecânica em freios, suspensão, câmbio, motor, elétrica, funilaria, e também pagamentos de contratos junto a terceiros para o transporte escolar (BRASIL, 2004).

Assim como PCE, o PNATE tem sua importância na garantia de acesso e permanência do estudante na escola. Ele tem papel complementar, pois, a partir dele, é possível realizar a manutenção dos transportes estudantis, visto que apenas ter a condução não seria o suficiente para cumprir um dos princípios, anteriormente citados da LBDEN.

Consoante aos achados do Quadro 2, o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE – foi criado através da Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, conforme apresenta a Resolução nº2, de 09 de fevereiro de 2006, CD do FNDE¹², e também na apresentação do programa no site do MEC. Esse programa teve o intuito de fomentar para alunos e professores acesso e incentivo à leitura, por meio da distribuição de obras literárias, de referência, de pesquisa, que visa contribuir na apropriação e domínio da escrita, de forma a promover um deslocamento autônomo de docentes e discentes na cultura letrada. Salienta-se que o programa está dividido entre três eixos: PNBE Literário, o qual é responsável pela avaliação e distribuição de obras literárias; PNBE Periódicos, que visa avaliar e distribuir periódicos de conteúdos didáticos e metodológicos para escolas da Educação Básica; PNBE do Professor, que busca distribuir obras de vertentes teóricas e metodológicas com a premissa de colaborar com a prática pedagógica docente (BRASIL, 2018b; 2017b).

Reconhecemos o papel do PNBE em fornecer livros tanto para estudantes quanto para professores, além de periódicos para escola. Ele contribui no desenvolvimento da formação de cidadãos críticos e para a inserção desses sujeitos na cultura letrada. Nesse sentido, esse Programa pode colaborar na melhoria dos

¹² A citação da Resolução CD/FNDE nº 002, de fevereiro de 2006, por não ser encontrada a Portaria que disciplina o PNBE, e porque nos históricos dos sites do MEC e FNDE não as disponibiliza. Ressalta-se que que essa busca ocorreu momento anterior a escrita dos Resultados. Disponível em: [Resolução/CD/FNDE nº 2, de 9 de fevereiro de 2006 - Portal do FNDE](#). Acesso em: 28 mai.2021.

resultados do PISA, sobre o baixo rendimento escolar dos estudantes em leitura, matemática e nas ciências, pois o acesso a esses materiais fornecidos pelo Programa é uma estratégia para melhorar a qualidade da educação, visando a equidade na aprendizagem (BRASIL, 2018a). Além desses, pode contribuir também nos resultados das avaliações internas, escolares, colaborando com o desenvolvimento dos indivíduos em múltiplas esferas da vida social.

No que concerne ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – que teve sua gênese em 1937, ele foi se modificando através dos tempos e tem o objetivo de comprar e distribuir para as escolas do Ensino Fundamental e Médio livros didáticos aos estudantes. Para que uma escola possa participar do Programa, é necessário a manifestação da sua adesão, através do envio do termo de adesão ao programa, informando no ano anterior que ela deseja ser atendida. Vale lembrar que instituições beneficiadas serão aquelas conveniadas ao Poder Público que ofereçam a Educação Básica. Para que os livros cheguem até os estudantes, são necessários alguns passos, tais como: publicação de edital para editoras se inscreverem e produzirem as obras, essas posteriormente passarão por avaliações físicas e pedagógicas, e os aprovados farão parte do Guia do livro. Esse guia será disponibilizado para as escolas cadastradas no censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Feito o pedido on-line, o FNDE negocia com as editoras e, quando finalizadas, passa-se para a etapa de produção. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) acompanha todo o processo, pois o livro precisa ter qualidade, visto que será reutilizado por, no máximo, três anos, com exceção dos consumíveis, que terão reposição anual de maneira integral. Assim, os livros seguem para a distribuição via Correios que os leva até as escolas. Quando a escola é da zona rural, o livro é entregue a prefeitura ou secretaria de educação, que se incumbirá de realizar a entrega. Para manter o fluxo de livros, o FNDE realiza a compra deste para etapas de ensino de forma alternada, sendo que nos intervalos é realizada a reposição por extravios ou perdas e complementações pelo aumento de matrícula (BRASIL, 2017f; 2017g; 2018c).

Refletindo sobre a importância desse Programa, pode-se concluir que ele coopera no processo de aprendizagem dos estudantes e no seu desenvolvimento, visto que os estudantes têm a posse do livro e podem, a qualquer momento, realizar seu estudo, fazendo pesquisa, (re)conhecendo os conteúdos, realizando exercícios,

entre outros. Além disso, facilita o trabalho do educador, uma vez que pode ser utilizado como ponto de apoio, na medida em que é elaborado o planejamento das aulas, porquanto os alunos podem se sentir mais engajados durante elas.

De acordo com o Quadro 2, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – é regido pela Lei nº11.947/2009, que objetiva contribuir na formação de hábitos saudáveis, no desenvolvimento biopsicossocial, na aprendizagem e no rendimento escolar dos estudos, através de ações de educação alimentar e nutricional na oferta de refeições com a finalidade de cobrir suas necessidades nutricionais durante o ano letivo, para os estudantes da Educação Básica, matriculados em instituições públicas. Além disso, o Programa conta com apoio de nutricionista na construção de cardápios alimentares de gêneros alimentícios básicos que valorizem a cultura e tradição alimentar da localidade subsidiado na sustentabilidade e diversificação agrícola da regional. Adicionalmente a isso, os estudantes que necessitarem de uma dieta especial poderão ser atendidos de forma individualizada, conforme as especificações médicas e nutricionais com avaliação nutricional e demandas nutricionais distintas. Cabe ainda apresentar que a lei explicita que trinta por cento dos gêneros alimentícios devem ser adquiridos diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou das organizações de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, salvo quando houver circunstâncias disciplinares pelo FNDE que impeçam sua aquisição (BRASIL, 2009).

A relevância do PNAE vai além do fornecimento de alimentos para escolas através de repasses financeiros: tem-se o acompanhamento nutricional. E, caso seja necessário, dietas específicas para os atendidos, desde que tenham avaliação médica e nutricional. Em consequência deste Programa, tem-se estudantes envolvidos nas aulas, pois estarão alimentados e ajudando na movimentação da economia, por meio da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de outras organizações da sociedade civil.

Em conformidade ao Quadro 2, o Programa Mais Educação – PME – é regido pela Portaria Interministerial nº17/2007 e pelo Decreto nº 7.083/2010, que se articula com as ações do Plano Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo uma ferramenta do Governo Federal para ampliar a jornada e a organização curricular para uma Educação Integral, destinada à crianças, adolescentes e jovens por meio de

desenvolvimento de projetos e programas no contraturno escolar, incluindo diferentes campos, tais como: educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica, todos a serem desenvolvidos nos espaços escolares. Entre os objetivos do programa, busca-se formular uma política nacional de Educação Básica em tempo integral com a promoção da ligação com os conteúdos escolares e os saberes locais, assim como: o favorecimento para convivência entre docentes, discentes e suas comunidades, a disseminação das experiências das instituições que desenvolvem a educação integral, a convergência de políticas e programas que promovam a integração entre a escola e comunidade, tudo isso em busca do desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para uma educação integral (BRASIL, 2010b; 2011).

O PME promove a ampliação das vivências dos estudantes a partir da oferta de atividades optativas no contraturno, articuladas aos saberes locais da comunidade. Com isso, é possível a valorização da cultura. Nesse bojo, Fernandes (2007) afirma que o Estado opta onde, quando e como vai atuar, sendo que essa decisão impacta as populações interessadas, o que corrobora em direitos e garantias, com a finalidade de promover a justiça social, devido às atitudes tomadas por ele, porquanto um dos objetivos do Programa era formulação de uma política nacional de Educação Básica em tempo integral.

Ainda de acordo com o Quadro 2, o Programa Saúde na Escola – PSE – foi instituído no de 2007, conforme o Decreto nº6.286/2007, no âmbito do MEC e Ministério da Saúde (MS), que visa uma colaboração permanente entre a educação e saúde, de forma a envolver os sujeitos da escola, as equipes de saúde da família e da Educação Básica. A finalidade do programa é contribuir para uma formação integral do escolar através de ações de promoção e prevenção, atenção à saúde, combatendo as vulnerabilidades que poderiam impedir o completo desenvolvimento dos estudantes, e a manutenção de comunicação entre a escola e a unidade de saúde sobre o estado físico e mental do estudante. Para a implementação deste programa, é necessário que os entes federativos (Secretários Estaduais e Municipais da Educação e Saúde) formalizem adesão através de um termo de compromisso, que ocorre a cada dois anos. Vale ressaltar que o PSE é operacionalizado pelo MEC e MS de forma conjunta, com o apoio aos gestores estaduais e municipais na articulação,

planejamento e implementação das ações. Além disso, cabe ao MEC o fornecimento dos materiais para execução das ações e aos secretários estaduais e municipais o papel de definir as escolas atendidas pelo programa, levando em consideração os critérios e metas do programa (BRASIL 2007a; 2018d).

O PSE coopera com a promoção e a prevenção de futuros transtornos à saúde do estudante, que poderiam impedir de forma parcial ou total sua dedicação aos estudos. Porquanto, pode-se compreender que uma pessoa saudável tem mais possibilidades de se dedicar às atividades, tais como a escola, adquirindo conhecimento da educação formal que prepara para os desafios da vida adulta e para formação cidadã.

De acordo com o Quadro 2, o Programa Banda Larga nas Escolas – PBLE – foi criado pelo Governo Federal através do Decreto nº6.424/2008, com o intuito de conectar à internet todas as escolas públicas urbanas que ofereçam as etapas do Ensino Fundamental e Médio, participantes dos programas E-Tec Brasil, e instituições públicas de apoio à formação docente, ligando a rede mundial de computadores, de forma a propiciar qualidade e velocidade dos serviços melhorando o ensino. O acesso ao Programa é automático, devido às informações do censo da Educação Básica, que disponibiliza anualmente a lista de obrigações atualizadas para o atendimento das escolas elegíveis. Cabe as escolas terem uma rede elétrica, tubulação de entrada, fiação interna para ter direito à conexão e, caso não disponha, ela ficará em pendência de atendimento com a operadora até for sanada. Se escola não dispuser de infraestrutura interna apropriada para receber o PBLE, a adequação é de responsabilidade da unidade educacional ou da Secretaria de Educação. O PBLE é gerido pelo MEC e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), e tem como parceiros o Ministério das Comunicações (MCOM), o Ministério do Planejamento (MPOG) e as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais (BRASIL, 2017j; 2018e).

Acreditamos que uma escola conectada à internet modifica as suas práticas, desde os serviços realizados pela gestão ao desenvolvimento das aulas pelos professores. Além disso, propicia que o conhecimento seja acessado de forma mais rápida. Independente de fronteiras, o docente pode planejar diferentes propostas para

suas aulas: viagens sem sair do lugar, jogos, inserção de notícias, experimentos e outros.

Ainda consoante ao Quadro 2, o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo – foi criado em 1997 pela Portaria N°522/1997 e posteriormente reestruturado pelo Decreto N°6.300/2007. O Programa tem o intuito proporcionar o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, de modo a fomentar o processo de ensino e aprendizagem, capacitação de profissionais da educação, colaborar com a inclusão digital, com a preparação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, e a produção de conteúdos digitais educacionais. Para participar do programa urbano e/ou rural, é necessária a adesão através do cadastro do prefeito no SIGETEC e a seleção das escolas, que é realizada pela coordenação do programa em cada estado para as escolas estaduais, enquanto as municipais serão selecionadas pelos prefeitos dos municípios. Dessa maneira, cabe ao MEC comprar, distribuir e instalar os laboratórios de informática, e os governos locais, as prefeituras e governos estaduais, providenciar a infraestrutura das escolas para receber os computadores. O Programa é gerido pelo MEC e FNDE, assim como as despesas orçamentárias serão consignadas. Logo, o MEC é responsável pela formação de professores, gestão educacional, práticas pedagógicas e avaliação, e o FNDE responde pela infraestrutura e recursos pedagógicos. A implantação dos ambientes tecnológicos, o acompanhamento e avaliação ficará a cargo do MEC (BRASIL, 2007b, 2017k; 2017l).

Esse programa coopera com a inserção do estudante nas tecnologias de informática e comunicação, através de instalação de laboratórios de informática nas escolas públicas da Educação Básica e, com isso, espera-se que haja uma melhora no processo de ensino, visto que se faz o uso de tais ferramentas. No tocante a isso, pode-se compreender que o uso desses equipamentos nas aulas poderá instigar o interesse do estudante, além de ajudar jovens e adultos a se prepararem para o mercado de trabalho.

Compreendemos que para o desenvolvimento da educação escolar pública, são necessários garantias que visem a sua execução. E, a partir da caracterização dos referidos programas vigentes no ano de 2015, percebe-se que eles contribuem para o acesso, o progresso e permanência nos anos iniciais do Ensino Fundamental,

pois são tomadas decisões que visam atingir diferentes áreas, tais como, saúde, materiais didáticos, infraestrutura do prédio, alimentação, transporte, acesso à internet e uso de tecnologias, visando o prosseguimento do ensino. A partir do momento que sabemos as finalidades da educação, o cidadão que almejamos, são necessárias ações que culminem para chegar a esse fim. É por meios desses programas que poderemos atingir diferentes educandos que ingressam no ensino público. Portanto, fica evidente que todo esse processo envolve o fornecimento de apoio pelo ente federado, que distribui e estabelece onde e de que forma serão utilizados os recursos públicos.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SILENCIADAS OU MODIFICADAS APÓS O ANO DE RUPTURA DEMOCRÁTICA (2016, 2017, 2018)

Para a construção dessa segunda parte do trabalho, relacionada à continuidade ou descontinuidade ou alterações nas Políticas Públicas Educacionais (PPE's), tem-se como base as PPE's apresentadas no tópico anterior, referentes ao governo Dilma no ano de 2015. Como já citado, essas políticas são voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental e buscou-se informações nos referidos sites do MEC, FNDE, DOU e Portal da Legislação. Vale lembrar que os dois últimos sites foram consultados quando não foram encontradas informações nos dois primeiros sites. Dessa forma, seguem as PPE's presentes no governo de ruptura democrática ao governo eleito pelo povo anteriormente (Governo na gestão da presidenta Dilma Rousseff), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Políticas educacionais vigentes no governo da Presidenta Dilma Rousseff (2015) e nos anos de ruptura democrática – Michel Temer (2016, 2017, 2018)

Políticas Públicas Educacionais (Programas)	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	E	M	M	M
Programa Caminho da Escola (PCE)	E	M	M	M
Programa de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	E	M	M	M
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	E	M	S	S
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	E	M	S	S

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	E	M	M	M
Programa Mais Educação (PME)	E	S	S	S
Programa Saúde na Escola (PSE)	E	M	M	M
Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)	E	M	M	M
Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)	E	M	M	M
Programa Novo Mais Educação (PNME)	-	N	M	M
Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)	-	-	N	M
Programa Inovação Educação Conectada (PIEC)	-	-	N	M
Programa Mais Alfabetização (PMA)	-	-	-	N

Fonte: As autoras (2021).

Legenda:

- (E) Existência do programa no governo democrático
- (M) Manutenção do programa
- (S) Substituída por outro programa.
- (-) Não existia.
- (N) Novos programas

Vale ressaltar que, para fins de visualização, o quadro acima apresenta as PPE's (programas) presentes na gestão do governo eleito pelo povo da presidenta Dilma Rousseff e o governo na gestão de Michel Temer (2016 a 2018), após a ruptura democrática.

Destaca-se que, ao longo desse tópico, abordaremos a perspectiva das PPE's em dois governos distintos, a saber: o governo Dilma será a base para compreensão das PPE's vigentes no governo de Temer, ou seja, as PPE's do governo Dilma serão o parâmetro para compreensão dos governos posteriores. Contudo, serão analisadas as políticas de acordo com as seguintes categorias:

- **Continuidade** – é referida aos programas que permanecem e não foram modificados nas suas bases;
- **Ruptura I** – é referida aos programas que existiam no governo Dilma e foram substituídos no governo Temer;
- **Ruptura II** – é referida aos programas que existiam e foram modificados;
- **Ruptura III** – é referida ao programa que foi implementado (2016 a 2018), porém diverge do que existia a partir do conceito democrático de educação;
- **Ruptura IV** – é referida à ausência de informações nos sites oficiais do governo ou quando são encontradas informações sobre o programa no DOU e/ou Portal

da Legislação, sem a menção nos sites públicos do MEC e FNDE, ou seja, trata do silenciamento da política.

4.2.1 *Primeiro ano do Governo Temer após golpe na democracia (2016)*

Continuidade¹³

A respeito dessa categoria, observamos que, em 2016, apenas um programa permaneceu na sua integridade, ou seja, não teve modificação nas suas bases, no caso o PNLD.

Ruptura I¹⁴

Em relação à presente categoria, encontrou-se o PME que foi substituído por outro programa no governo Temer: o Programa Novo Mais Educação (PNME), conforme a Portaria do MEC nº1.144/2016 e regido pela Resolução do FNDE nº 17/2017, que destina os recursos para despesas de custeio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para o PNME, revogando a Resolução do FNDE nº2/2016 que destinava os recursos financeiros do PDDE para o PME.

Nessa linha, o novo programa tem o enfoque de trabalhar a ampliação do tempo de permanência de crianças e adolescentes na escola, com a finalidade de melhorar a aprendizagem em alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática. E, com isso, busca-se reduzir o abandono, a reprovação e distorção idade/ano com enfoque na melhoria de rendimento e desempenho escolar, consoante à implementação de ações pedagógicas. Além disso, o programa objetiva o desenvolvimento de atividades em outros campos do saber, tais como arte, cultura, esporte e lazer. Cabe à escola escolher o número de ampliação da jornada escolar, pois a secretaria de educação, conforme os critérios da referida portaria, irá aderir ao programa e indicar o número de horas, cinco ou quinze horas semanais, ou ela permite que a escola faça opção ao confirmar sua adesão no Sistema do PPDE Interativo, através do envio do plano de atendimento pela instituição (BRASIL, 2018f).

¹³ **Continuidade** – é referida aos programas que permanecem e não foram modificados nas suas bases.

¹⁴ **Ruptura I**: é referida aos programas que existiam no governo Dilma e foram substituídos no governo Temer.

O PME foi substituído pelo PNME, que tem o enfoque nas disciplinas de Português e Matemática. Assim, as ações contempladas no PME tratavam, por exemplo, da educação patrimonial envolvendo a escola-comunidade e os estudantes poderiam se apropriar das heranças produzidas por tais e, concomitantemente a isso, aprender de forma a contemplar as disciplinas. O novo programa apenas cita alguns campos do saber, porém a clareza das ações em outras áreas não está delimitada, o que pode ser um ponto desfavorável, porquanto a educação deve pautar nos princípios da formação cidadã que ansiamos para o futuro.

Além disso, é possível refletir que o engessamento dessas ações pode comprometer o desenvolvimento do Programa. No entanto, observamos que, na construção do Programa anterior, havia a perspectiva de uma educação emancipatória em diferentes campos, e não apenas elegendo alguns. Dessa forma, Jacomini (2020) argumenta que compreensão do “[...] conceito de Estado Integral pode contribuir para compreensão das complexas relações que envolvem a agenda, a formulação, a implementação e a avaliação das políticas educacionais”, sendo construídas na linha do modelo econômico vigente. E, ainda, Santos (2014) compreende que o desenvolvimento de PP é uma forma de atenuar as desigualdades sociais, as quais são originadas das perspectivas adotadas pelo governo.

RUPTURA II¹⁵

Nesse bojo, discute-se sobre modificação do programa existente, no caso o PDDE, o qual no site do FNDE são verificadas duas Resoluções, uma que destina o repasse de recursos financeiros de despesas de custeio do programa para as escolas dos entes federados que exercem a atividade de tempo integral do PME e outra sobre repasse de recursos para o PNME:

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal a fim de contribuir para que estas realizem atividades de educação em tempo integral, em conformidade ao Programa Mais Educação (RESOLUÇÃO Nº 2, de 14 de abril de 2016).

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal a fim de

¹⁵ **Ruptura II** – é referida a programas que existiam e foram modificados.

contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico em conformidade com o Programa Novo Mais Educação (RESOLUÇÃO Nº 5, de 25 de outubro de 2016).

Dessa forma, pode-se compreender que houve a modificação do destino desses recursos para outro programa, uma vez que está apresentado no documento sobre perguntas e respostas a respeito do PNME, disponível no site do MEC:

Quais os objetivos do Programa “Novo Mais Educação”? Ele substitui o programa “Mais Educação? Sim, o Programa “Novo Mais Educação” substitui o programa “Mais Educação” e tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar (BRASIL, [s.d]).

Assim, conforme Wu (2014), a implementação das políticas públicas envolve diferentes etapas, entre elas os impactos gerados nas organizações sociais, bem como na modificação de um programa a partir de decisões tomadas por um grupo de sujeitos. Assim, a implementação se torna concreta, pois há destinação de recursos públicos para a execução do programa.

RUPTURA IV¹⁶

Nesse *locus*, são registrados seis programas que não tiveram informações nos sites governamentais utilizados nesse estudo. No entanto, em dois deles (PSE, PNAE) havia publicações no DOU, e nos restantes (PNATE, PNBE, ProInfo, PCE), ausência total de dados.

No que se refere ao PSE, havendo a falha de comunicação do governo com a população através das publicações no site do MEC e FNDE, os quais acreditamos que sejam os mais conhecidos e acessados pelas pessoas, houve a retomada no site do DOU¹⁷ da Portaria Nº 2.777, de 16 de dezembro de 2016, a qual tratava do repasse

¹⁶ **Ruptura IV** – é referida a ausência de informações nos sites oficiais do governo ou quando é encontrada informações sobre o programa no DOU e/ou Portal da Legislação, sem a menção nos sites públicos do MEC e FNDE, ou seja, trata do silenciamento da política.

¹⁷ A pesquisa no Diário Oficial da União, usou-se os seguintes filtros: Programa Saúde na Escola, Tipo de pesquisa: resultado exato, Forma de pesquisa: Ato-a-Ato, Onde pesquisar: Tudo, Ordenação: Por data, Data: personalizado: 01/01/2016 a 01/01/2017, Jornal: Todos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2-744-de-16-de-dezembro-de-2016-24785007>. Acesso em: 17 ago.2021.

de recursos financeiros para os municípios, com a finalidade de atingir as metas relativas as ações do programa nos períodos de 2014/2015.

O mesmo também acontece com o PNAE, visto que no referido ano não foram encontrados registros nos sites do MEC e FNDE, entretanto havia informações no DOU¹⁸, constando uma variedade de publicações de Portaria Interministerial para criação de grupo de trabalho com a finalidade de controle e fiscalização. Acrescenta-se, também, decisão normativa e atos que visavam aquisição de alimentos de forma irregular, equívocos na gestão dos recursos do programa, impugnação total ou parcial, e omissão da prestação de contas ou cobrança da análise da prestação.

Diante desse panorama, é percebido que, mesmo não havendo a alimentação de informações nos sites do MEC e FNDE, os quais acreditamos ser os mais comuns na busca notícias se comparado ao diário, neste não tão popularizado foram encontradas informações. Portanto, é possível considerar que os programas estão acontecendo.

Os casos mais críticos ocorreram com os seguintes programas: PNATE, PNBE, PBLE e ProInfo, por causa da inexistência total de notícias por parte do governo. Nesse sentido, a transparência das ações voltadas para esses programas não esteve ao alcance da população. Reconhecendo a relevância do PNATE na transferência de recursos para manutenção dos transportes, do PNBE, através de aquisição de distribuição de obras literárias, PBLE na conexão de internet para as escolas públicas e o último com a instalação de laboratórios de informática, ou seja, todos esses programas dialogam com o tipo de educação de base democrática. A falta de informação, por sua vez, remete ao que Goergen (2019) argumenta: que a educação brasileira, em seu contexto histórico, passou por movimentos pendulares que significam avanços e retrocessos, visto que as linhas econômicas e as ideologias assumidas pelos governos podem desencadear as referidas mudanças.

Uma outra situação crítica é o caso do PCE, porque não encontramos nenhuma movimentação de atos normativos nos sites do governo. Entretanto, foi averiguado na aba - últimas notícias (site: FNDE) - a entrega de ônibus escolares para o Estado do

¹⁸ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/consulta/-/buscar/dou?q=%22Programa+Nacional+da+Alimenta%C3%A7%C3%A3o+Escolar%22&s=todos&exactDate=personalizado&sortType=0&delta=20&publishFrom=01%2F01%2F2016&publishTo=01%2F01%2F2017&reverseSort=1>>. Acesso em: 17 ago. 2021c.

Maranhão em 2016, de um acordo firmado no ano de 2013. Sabendo do papel do PCE garantindo a renovação e padronização dos transportes escolares, que prima pela igualdade de acesso e permanência dos estudantes na escola, e reconhecendo que todo bem material, mesmo bem mantido, com o tempo necessita ser substituído por outro, é incoerente a carência de ações governamentais nesse contexto. Portanto, o investimento na educação com a perspectiva transformadora da realidade praticada pelos governos petista, explicita o compromisso em garantir acesso e permanência dos estudantes nos cursos superiores e técnicos (PT, 2002).

4.2.2 Segundo ano do Governo Temer após golpe na democracia (2017)

Continuidade¹⁹

Nessa categoria, estão cinco programas: PDDE, PNAE, PNATE, PNME, PSE, que não foram modificados. Encontramos informações sobre todos, o que indica que permanecem ativos. Nessa linha, notou-se a presença de uma resolução que tratava sobre a prorrogação de prestação de contas dos dois programas, o PNATE e o PNAE, referente ao exercício anterior. Quanto ao PCE, ele trata do funcionamento interno do FNDE e coordenação dos programas. No site do FNDE, as informações referentes ao PNAE e PNATE presentes na aba legislação, tem as resoluções a respeito da prestação de contas referente ao exercício anterior. Além de uma publicação relativa ao PNAE que altera o valor *per capita* da alimentação escolar. No que tange ao PNME, foram encontradas no DOU publicações referentes à adesão dos municípios ao Programa, e a definição dos valores das bolsas para os participantes do programa. E, por último, no DOU, observou-se o registro sobre o PSE através de uma Portaria Interministerial N° 1.055/2017 que define regras e critérios de adesão ao Programa pelos entes federados e o custeio das ações (essas são especificadas), que fica a cargo do Ministério da Saúde (MS). Ela afirma que é necessário o preenchimento do termo de compromisso e assinatura de termo de adesão pelos entes. Além disso, os recursos financeiros serão repassados anualmente, de uma parcela única. No segundo ano do Programa, o incentivo financeiro será repassado conforme a

¹⁹ **Continuidade** – é referida aos programas que permanecem e não foram modificados nas suas bases;

realização das ações pactuadas no termo de adesão, podendo ser suspenso quando não houver o cumprimento (BRASIL, 2017m).

Essa descrição das ocorrências a respeito dos programas busca transparecer que esses estão ativos, pois existem informações sobre eles, mesmo que todos não estejam disponíveis no site do MEC ou FNDE, entretanto, estão no DOU. Refletindo sobre os mecanismos que mostram o funcionamento dos programas, pode-se fazer um paralelo com o monitoramento da PP, que executa ações planejadas para aferir seus impactos na vida das pessoas, bem como são realizados ajustamentos se houver desvios quanto aos objetivos (RUA, 2009), que leva-nos perceber o papel da prestação de contas para identificar se a utilização dos recursos públicos aplicados de forma eficiente.

RUPTURA I²⁰

Nesta estão inseridos dois programas (PNBE e PNLD), presentes no governo Dilma e substituídos no governo Temer. O PNBE foi substituído pelo PNLD Literário, conforme consta no site do FNDE na aba histórico da biblioteca na escola uma nota em destaque:

A partir da publicação do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi substituído pelo Programa PNLD Literário, tendo a unificação das ações de aquisições e distribuição de livros didáticos e literários, pelo qual as obras literárias passaram a ser submetidas aos mesmos processos dos livros didáticos, inclusive permitindo a escolha pelas escolas, processo que não era permitido em versões anteriores de aquisições literárias do PNBE (BRASIL, 2017b, n.p.).

Nesse contexto, é interessante observar o Decreto Nº 7.084/2010, que dispõe sobre os programas material didático e outras providências. Assim, é constatado no artigo 26 que “*as condições, critérios e demais procedimentos operacionais para escolha das obras pelas escolas serão definidos no edital correspondente*” (BRASIL, 2010), podem-se concluir que o processo de seleção pelas escolas poderia variar

²⁰ **Ruptura I** – é referida aos programas que existiam no governo Dilma e foram substituídos no governo Temer.

conforme edital, mas não é verificado necessariamente que a instituição teria o poder de escolha.

Assim, as disposições do referido decreto possibilitaram a publicação da orientação de escolha do PNLD Literário, que está inserido no Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLMD), produto da junção do PNLD e PNBE. Esse, por sua vez, avalia e disponibiliza de forma sistemática, regular e gratuita para as escolas de Educação Básica (Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), mantidas e conveniadas ao Poder Público, obras didáticas e literárias para uso individual e coletivo. Também distribui acervos para bibliotecas, obra pedagógica, softwares, jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais destinados à formação, à gestão escolar e ao apoio da prática educativa.

O que se tem de inovação é a unificação dos programas, que antes eram separados, mas regidos pelo mesmo decreto, havendo a ampliação do número de instituição e de etapa de ensino. Nessa concepção, é possível visualizar que, desde a criação do PNBE, houve o aumento de sua abrangência e, nesse quesito, observa-se a sua ampliação com o decreto. Quanto ao atendimento, permaneceu em anos pares, conforme atendidos anteriormente com o decreto vigente no ano de 2015²¹. No tocante ao PNLD, houve alteração da sua estrutura com a incorporação ao PNBE. É relevante argumentar que, nas arenas políticas, são tomadas decisões baseadas nos interesses e expectativas por diferentes atores (RUA, 2009). Essas decisões geram poucos conflitos entre os sujeitos, pois são voltadas para distribuição de bens e serviços, configurando em um tipo de arena distributiva (LOWI, 1996), a qual envolve a aquisição de distribuição de materiais didáticos, que contribui no desenvolvimento da educação pública pelo PNLD.

E referente ao PNLMD, são essas as disposições gerais do Decreto N°9.099/2017:

²¹ Ressalta que o objetivo do estudo não é avaliar a situação dos programas no governo da Presidente Dilma, mas utilizá-los como parâmetro para finalidade de compreender as alterações ocorridas no governo não eleito pelo povo, que se mostrou articulado com perspectiva econômica diferenciada da administração pública anterior, ao realizar reformas limitando os investimentos na educação pública. Nesse contexto, estamos cientes que houve um lapso de informações referente ao PNBE no ano de 2015 referente a seleção e distribuição de obras. Apesar disso, o consideramos nessa pesquisa, visto que não há informações transparentes sobre a seu encerramento, ou suspensão, ou qualquer outro parecer governamental que justifique alguma problemática ocorrida no governo da presidenta.

§ 1º O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, **softwares** e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos. § 2º As ações do PNLD serão destinadas aos estudantes, aos professores e aos gestores das instituições a que se refere o **caput**, as quais garantirão o acesso aos materiais didáticos distribuídos, inclusive fora do ambiente escolar, no caso dos materiais didáticos de uso individual. § 3º O PNLD garantirá o atendimento aos estudantes, aos professores e aos gestores das escolas beneficiadas, previamente cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. § 4º A opção entre os diferentes tipos de materiais didáticos a que se refere o § 1º será realizada pelo responsável pela rede.

Sabemos que a avaliação da PP é um processo em que se procura detectar se ações estão sendo executadas conforme o esperado. Se não, faz necessário tomadas de posição, com intuito de reestruturar as atividades ou se ainda estão resolvendo a problemática que culminou no desenvolvimento do programa (WU, 2014). Nesse sentido, ponderando sobre os incisos acima e a nota no site do FNDE na aba de histórico, questionamos: as escolas realmente podem realizar as escolhas das obras, pensando no seu público heterogêneo, no cidadão que busca forma a luz dos dispositivos legais que regem a educação escolar, visto que no último inciso versa que é responsabilidade da rede a opção por diferentes tipos de materiais didáticos?

Ainda é observado no site do FNDE que a rede de ensino pode optar por diferentes modelos de escolhas em conjunto com as escolas, no caso material único para cada escola, ou material único para cada grupo de escola, ou material único para toda a rede (BRASIL, 2017). Diante disso, é possível que a escola, os professores escolham o material que desejam trabalhar, visto que, se a rede não realizar a opção, as escolas irão receber o material escolhido.

Ruptura III²²

Atenta-se que essa categoria é referente à implementação de um programa que diverge do conceito democrático existente na administração anterior, legitimada

²² **Ruptura III** – é referida programa que foi implementado (2016 a 2018), porém diverge do que existia a partir do conceito democrático de educação;

pelo povo. No presente governo (de Michel Temer), foi criado o Programa Inovação Educação Conectada (PIEC) através do Decreto Nº9.204/2017, que tem “[...] objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (BRASIL, 2017n). Para isso, o Programa une esforços com diferentes setores, entre os entes federativos, escolas, setor empresarial e sociedade civil, visando contribuir com a efetividade do objetivo do Programa. Nessa linha, o referido Programa almeja promover a equidade em escolas de Educação Básica no acesso à internet e ao uso de tecnologias, observando as escolas de regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e baixo desempenho nos indicadores educacionais, através da colaboração dos entes federados, e estimulando a autonomia dos educadores e estudantes para o acesso à internet de alta velocidade e a recursos digitais de qualidade compatíveis às suas necessidades pedagógicas e a formação de professores e gestores para utilização de tecnologia. Para a efetivação do Programa, é fornecido apoio técnico e financeiro às instituições, cabendo às redes de Educação Básica aderir ao Programa, conforme os critérios que serão definidos em ato pelo MEC (BRASIL, 2017n).

Admite-se que o PIEC tem proposta importante para universalizar o acesso à internet para as escolas de Educação Básica, convergindo com o PNE. Nessa linha, Heinsfeld e Pischetola (2019) afirmam que identificaram dois pontos no programa: “[...] a) a garantia de infraestrutura considerada adequada para a expansão do acesso à internet; b) a inserção das tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas no contexto escolar.” E com isso, observa-se o objetivo do PBLE, descrito no site do MEC:

Qual o objetivo do Programa Banda Larga na Escola?

O Programa Banda Larga na Escola tem como objetivo conectar todas as escolas públicas à Internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país. Essas conexões inicialmente serão mantidas de forma gratuita até o ano de 2025 (BRASIL, 2018, n.p.).

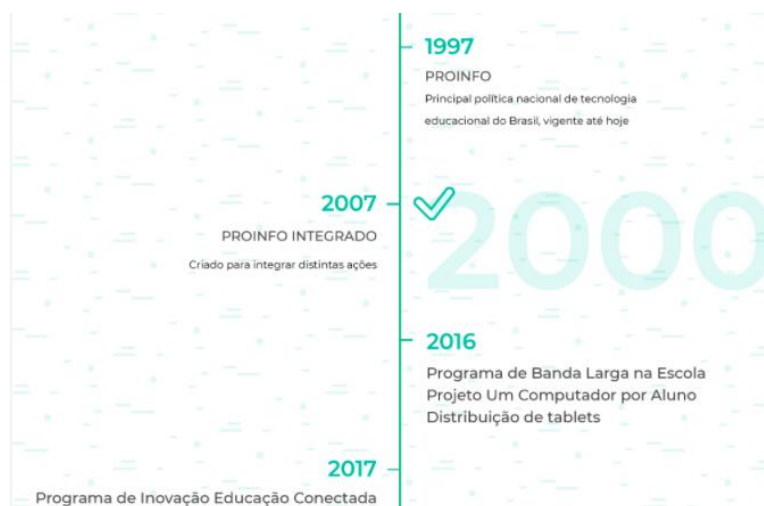
Mediante a resposta, questiona-se: existem muitas diferenças entre o PBLE e o PIEC, visto que os dois têm objetivos de disponibilizar internet a todas as escolas públicas? Observa-se, portanto, a convergência de objetivos em comum, o outro diferencial no PIEC é o uso pedagógico da tecnologia, sendo observada a

preocupação dos autores Heinsfeld e Pischetola (2019, p. 11) na expressão demarcada no decreto:

A constante marcação de expressões como uso pedagógico da tecnologia e tecnologia como ferramenta pedagógica opera de forma a delimitar não somente quais são as tecnologias adequadas para sala de aula, mas quais os usos considerados apropriados. Essa delimitação indica a existência de uma predefinição, ainda que não descrita no documento, de quais usos são compreendidos como passíveis de possibilitar o aprendizado e a produção de novos saberes, independentemente dos contextos de sua aplicação.

Observa-se que as referidas expressões oferecem margem para a preocupação da compreensão do conceito democrático de educação. Então, é sabido que o PBLE determinava a responsabilidade da adequação da estrutura física para receber o sinal de internet à unidade educacional ou secretarias de educação e, como o PIEC é de responsabilidade do MEC, fornecer suporte técnico e financeiro para as escolas. Diante disso, buscou-se compreender o PIEC, observando a linha de tempo da inserção de tecnologia através dos programas na educação (IMAGEM 1):

Imagem 1 – Print do histórico no site Programa Inovação Educação Conectada



Fonte: As autoras (2021).

De acordo com a imagem, observamos algo curioso relacionado ao PBLE. É descrito que tem um computador por aluno, sendo que, no site do FNDE, essa informação não está explícita na aba nesse programa, mas sim no ProInfo (Imagem 2):

Imagem 2 – Informações sobre o ProlInfo no site do FNDE

Últimas notícias

Perguntas frequentes

Legislação

Liberação de recursos

Contatos

SOBRE O PLANO OU PROGRAMA ▾

Sobre o ProlInfo

EIXOS DE ATUAÇÃO ▾

- Projeto Um Computador por Aluno (UCA)
- Programa Um Computador por Aluno (PROUCA)
- Tablets

Sobre o ProlInfo

[Twitter](#)

O que é?

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProlInfo) foi criado pelo Ministério da Educação, em 1997, para promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do Decreto nº 6.300, foi reestruturado e passou a ter o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

A quem se destina?

Estudantes e professores da rede pública de ensino.

Como acessar?

Para adquirir equipamentos do ProlInfo, estados e municípios incluem o pedido de aquisição na adesão ao Plano de Ações Articuladas (PAR). Após a adesão e com a aprovação do PAR, o FNDE repassa recursos para os entes.

Para realizar a adesão a qualquer Ata de Registro de Preços do FNDE, é necessário que o estado/município interessado realize um cadastro no Sistema Geral de Ata de Registro de Preços - SIGARP. São os próprios entes beneficiados que realizam a aquisição do equipamento diretamente com as empresas vencedoras do

Fonte: As autoras (2021).

Refletindo sobre os dados dos programas nos referidos sites, podemos perceber uma espécie de obstáculo na compreensão dos objetivos dos programas para o cidadão, sendo que é necessário que população entenda de forma clara as informações passadas por esses, visto que vivemos em um regime democrático. Dessa forma, podemos supor que existem trocas de informações, afirmando que o PBLE fornecia um computador por aluno, quando, na verdade, era o ProlInfo que fornece computador e tablet, segundo o site do FNDE. Esses ruídos de informações tendem a confundir o leitor sobre as finalidades dos programas.

RUPTURA IV²³

Em relação à escassez de informações nos sites oficiais do governo, a respeito do PBLE e ProlInfo, é possível concluir que esses programas podem não estar funcionando, pois aparenta que administração pública desconsidera a publicação nos sites como mecanismo de informar a população sobre alguns programas suspensos ou encerrados, tanto que o termo utilizado por ela é: novo programa (às vezes são novos mesmo, por exemplo a BNCC) ou substituição por outro, ratificando alguns pontos e novos nomes. Essas afirmações podem fazer as pessoas acreditarem que os programas são realmente novos e não são! Trata-se apenas de um aprimoramento

²³ **Ruptura IV** – é referida a ausência de informações nos sites oficiais do governo ou quando é encontrada informações sobre o programa no DOU e/ou Portal da Legislação, sem a menção nos sites públicos do MEC e FNDE, ou seja, trata do silenciamento da política.

do programa já existente. No entanto, a busca de um governo em colocar sua marca em programas e projetos ultrapassa os limites do monitoramento e avaliação da política, possibilitando alcançar vantagens eleitoreiras, dependendo das circunstâncias. Perante a ausência explicação do governo sobre os referidos programas, podemos fazer um paralelo, salvando as devidas diferenciações históricas com lei das escolas ou primeiras letras no período imperial brasileiro, que visava a criação de escolas suficientes para os locais mais populosos, todavia não transpassou o papel (SAVIANI, 2008). Isso é o mesmo que acontece com o PBLE e o ProInfo, a respeito da falta de informação, o que nos leva a acreditar no seu possível encerramento.

4.2.3 *Terceiro ano do Governo Temer após golpe na democracia (2018)*

Ruptura II²⁴

Envolve os programas que foram modificados, nesse caso, o PDDE, que anteriormente repassava os recursos em uma única parcela e passou a compreender a oferta de duas parcelas com a alteração, sendo uma no final de abril e outra no final de setembro de cada exercício. Assim, as instituições que possuem pendências, devem regularizar até o último dia útil do mês de outubro, para receberem os recursos financeiros do ano correspondente. Uma outra notificação é que, mesmo não ocorrendo a prestação de contas pelos entes federativos, os valores serão repassados as escolas. Quando não houver definição no que deve ser aplicado, é recomendado que seja realizada uma aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto com lastro em títulos de dívida pública, consoante ao observado na Resolução Nº 6/2018.

Nesse sentido, mesmo que os recursos sejam utilizados de forma indevida, a escola não será atingida, visto que não é suspenso o repasse para mesma. Assim, não acarretaria prejuízos para o desenvolvimento da Educação Básica pública, pois, caso a suspensão dos repasses fosse efetivada, poderia ser uma forma de pressionar os sujeitos a utilizar os recursos de forma coerente, uma vez que a execução de políticas está sujeita a utilização de recursos humanos e financeiros, pois é passível

²⁴ **Ruptura II** – é referida a programas que existiam e foram modificados.

de melhorar a qualidade da educação, além de valorizar o magistério, promovendo a justiça social (SAVIANI, 2008).

Ruptura III²⁵

Sobre a implementação de programas que divergem do conceito democrático de educação, o Programa Mais Alfabetização foi criado pela Portaria Nº 142/2018, cujo objetivo foi apoiar e fortalecer as escolas no processo de alfabetização, leitura, escrita e matemática para as duas primeiras séries do Ensino Fundamental dos anos iniciais. Nessa direção, cabe ao MEC garantir um apoio opcional do assistente de alfabetização para trabalhar juntamente ao professor alfabetizador, desde que esse opte pela assistência que poderá ser desenvolvida conforme a autonomia da escola, no período de cinco horas semanais, em escolas não vulneráveis, e dez horas semanais, em escolas vulneráveis no turno regular. A vulnerabilidade é estabelecida na Portaria conforme o resultado dos estudantes participantes da ANA/SAEB e/ou que estejam em nível de classificação socioeconômica de muito baixo até médio. Esse Programa afirma contribuir com o processo de alfabetização, pois tem um olhar na prevenção ao abandono escolar, a reprovação e a distorção idade/série. Dessa maneira, para a execução desse, o MEC auxiliará com apoio técnico no que compete à formação do assistente nas atividades produzidas pelo professor alfabetizador, e o monitoramento pedagógico e da rede de gestão e, adicionalmente a isso, o suporte financeiro através do PDDE (BRASIL, 2018h). Ressalta-se que a referida resolução prevê a duração de seis meses do programa para o ano de 2018 e oito meses em 2019.

É compreendido que elaboração de uma política necessita que o problema pertença a agenda governamental, que esse deve ser examinado para que se tenha decisões que possam enfrentar a situação problema. Nesse quesito, são analisadas as alternativas de possíveis soluções para as problemáticas sociais, com a perspectiva de visualizar as causas e as consequências das intervenções do governo com a criação da PP (HAM; HILL, 1993). Baseado nessa perspectiva, é afirmado que o Programa foi criado a partir dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização

²⁵ **Ruptura III** – é referida programa que foi implementado (2016 a 2018), porém diverge do que existia a partir do conceito democrático de educação.

– ANA e do Sistema de Avaliação da Educação - SAEB, que tem a perspectiva de avaliar os estudantes do final do 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental a respeito do nível de alfabetização e, por conseguinte, obteve-se resultados de níveis insuficientes no aspecto de leitura, escrita e matemática (BRASIL, 2018h).

Com esse programa, o MEC optou por desenvolver a precarização do trabalho docente, conforme é observado na Portaria, pois requer a participação voluntária, tanto de docentes alfabetizadores quanto do assistente de alfabetização. No entanto, para o último, afirmada no artigo 6º: [...] IV - garantir a realização de processo seletivo simplificado que privilegie a qualificação do assistente de alfabetização (BRASIL, 2018h), é relevante que este profissional tenha experiência em alfabetização e, por isso, o MEC sugere que seja um professor formado, estudante de Pedagogia ou de Magistério de nível médio, sendo que isso depende da rede de ensino. Segundo a Resolução N°7/2018,

II - Assistente de Alfabetização: responsável pela realização das atividades de acompanhamento pedagógico sob a coordenação e supervisão do professor alfabetizador, conforme orientações da secretaria de educação e com o apoio da gestão escolar, e pelo apoio na realização de atividades, com vistas a garantir o processo de alfabetização de todos os estudantes regularmente matriculados no 1º ano e 2º ano do ensino fundamental; § 1º As atividades desempenhadas pelo Assistente de Alfabetização, a que se refere o inciso II deste artigo, serão consideradas de natureza voluntária, na forma definida na Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, sendo obrigatória a celebração do Termo de Adesão e Compromisso do Voluntário (BRASIL, 2018h, p.17).

Cabe aqui também informar que a adesão ao Programa é voluntária e realizada pela assinatura termo de compromisso do governador do estado e de seu secretário. No caso do Distrito Federal, a adesão pela rede estadual e distrital. Já no caso do município, o prefeito e seu secretário. Vale salientar que o referido Programa e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC farão parte da Política Nacional de Alfabetização (PNA), conforme o artigo nove da referida Portaria (BRASIL, 2018h).

Diante desse panorama, é visualizado um movimento de desmonte da profissão docente, visto que ela deve se voluntariar para exercer sua função, pois o Estado se exime de realizar concurso, promover formação continuada e remunerar a função que o professor exerce. Nesse contexto, podemos dialogar com a compreensão dos Organismos Multilaterais, articulando a qualidade da educação ao professor, que é um equívoco, pois, a respeito do que compreendemos sobre a

importância das PPE's, a Educação Básica pública não depende exclusivamente do docente, e sim de outros meios que envolvem tomadas de decisões e alocação de recursos para seu desenvolvimento. No entanto, o referido organismo sugere medidas para reestruturação da carreira docente, afirmando que o problema está na estabilidade do servidor. Portanto, incentiva formas de punição para aqueles que não atendam aos requisitos da política (MARQUES; SANTOS, 2017). Assim, é observado que o MEC está em acordo com os Organismos Multilaterais, pois elabora um programa para que o docente seja voluntário, diminuindo a formação deste.

Ruptura IV²⁶

Nesse contexto de silenciamento sobre o desenvolvimento dos programas nos sites oficiais (MEC, FNDE, DOU) estão as seguintes políticas: PBLE, ProInfo, PIEC. Partindo da compreensão sobre a PP, conforme Fernandes (2007), a qual intervém na vida das pessoas, por vezes são consideradas as expectativas sociais, uma vez que o Governo, conforme a sua agenda, decide onde quer atuar, quando e o porquê deve atuar, resultando em direitos ou garantias para alguns grupos. Lembrando que sua atuação visa a sua agenda e pode ser que as demandas reivindicadas pelo povo sejam atendidas. A partir disso, compreendemos que determinados programas são necessários para o desenvolvimento da educação pública. No entanto, o Governo, por algum motivo ideológico ou orçamentário ou outra razão, pode optar em investir em demandas contrárias as da população.

Ainda de acordo com a análise realizada, observamos os referidos programas que permaneceram conforme as suas estruturas: PCE, PNATE, PNAE, PSE, PNME. Essa afirmação é decorrente das movimentações no Diário Oficial. A respeito do PCE e o PNATE, observaram-se publicações sobre: licitação, extrato, ata e outros. E, quanto ao PNAE, há apenas a resolução no FNDE, tratando sobre a pesquisa de preço para aquisição de alimentos. No que concerne ao PSE, foram encontradas algumas publicações, entre elas a Portaria Nº3.662/2018, que define o repasse de recursos financeiros aos municípios no desenvolvimento de ações do Programa sobre

²⁶ **Ruptura IV** – é referida a ausência de informações nos sites oficiais do governo ou quando é encontrada informações sobre o programa no DOU e/ou Portal da Legislação, sem a menção nos sites públicos do MEC e FNDE, ou seja, trata do silenciamento da política.

a obesidade infantil (menores de 10 anos) com estudantes no segundo ano do ciclo 2017/2018 (BRASIL, 2018g). E, por último, o PNME teve publicações no DOU sobre licitação de livros e materiais didáticos, lúdicos e gêneros alimentícios para atender os estudantes que faziam parte do programa.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PRESENTES NO PRIMEIRO E SEGUNDO ANO DA NOVA GESTÃO FEDERAL (2019 E 2020)

Refletindo sobre o novo governo eleito – governo Bolsonaro, observa-se que possui perspectivas ideológicas e práticas diferenciadas dos governos anteriores. Destacamos, assim, quais são as PPE's presentes nos dois primeiros anos de governo, conforme mostra no quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Políticas Públicas Educacionais presentes em 2019 e 2020 voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental

Políticas Públicas Educacionais	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020 ²⁷
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	E	M	M	M	M	M
Programa Caminho da Escola (PCE)	E	M	M	M	M	M
Programa de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	E	M	M	M	M	M
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	E	M	S	S	M	M
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	E	M	S	S	M	M
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	E	M	M	M	M	M
Programa Mais Educação (PME)	E	S	S	S	M	M
Programa Saúde na Escola (PSE)	E	M	M	M	M	M
Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)	E	M	M	M	M	M
Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)	E	M	M	M	M	M
Programa Novo Mais Educação (PNME)	-	N	M	M	M	M
Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)	-	-	N	M	M	M

²⁷ Decretos vigentes no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-784-de-30-de-setembro-de-2020-280329898>. Acesso em: 25 set.2021.

Programa Inovação Educação Conectada (PIEC)	-	-	N	M	M	M
Programa Mais Alfabetização (PMA)	-	-	-	N	M	M
Programa Tempo de Aprender (PTA)	-	-	-	-	-	N
Política Nacional de Educação Especial (PNEE)	-	-	-	-	-	N

Fonte: As autoras (2021).

Legenda:

- (E) Existência de programas no governo democrático
- (M) Manutenção de programas
- (S) Substituída por outro programa.
- (-) Não existia.
- (N) Novos programas

O quadro acima tem a premissa de descrever de uma forma geral as PPE's presentes na gestão da presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo povo, a gestão da ruptura democrática do presidente Michel Temer, e a nova gestão eleita, sendo o atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

Em referência ao quadro, observa-se que os programas mantidos e criados no governo de ruptura democrática foram mantidos no governo Bolsonaro, inclusive a ausência de informações mais precisas sobre a manutenção de programas, como, por exemplo, o PBLE. Essa leitura pode ser realizada devido à ausência de movimentação de atos normativos sobre o Programa, assim como não se observa publicação no site do FNDE, mesmo a sua página apresentando todos mantidos pela fundação (Imagem 3).

Imagem 3 – Programas financiados pelo FNDE apresentados no site



Fonte: As autoras (2021).

No atual governo, é escancarado o posicionamento ideológico apresentado desse grupo, que acredita estar pautado na “defesa da família, dos bons costumes, do liberalismo econômico, é do nacionalismo”, sendo assim, aliado ao agronegócio e a parte do empresariado brasileiro com o discurso de “combate a corrupção”²⁸. No entanto, na prática, nem tudo o que é afirmado é observado nessa administração, por exemplo, a corrupção, visto que, a todo momento, estamos vivenciando diferentes acusações (em investigação) sobre desvios dos recursos públicos pela família do presidente²⁹. Nesse viés, é possível refletir sobre o liberalismo pregado neste governo, que tem premissa de nos libertar das amarras ideológicas propagadas pelos governos anteriores em diferentes áreas, por exemplo, na educação. E, no que compete a esta, que é visada pelos grupos: nova direita, os neoliberais, neoconservadores, populista-autoritários e a nova classe média profissional, surgiu o Movimento Escola sem Partido, para privar as crianças e jovens das convicções dos docentes, que se escondem atrás das aulas, ou seja, nós docentes estamos doutrinando os estudantes nas perspectivas da esquerda (SILVA; LIMA; HYPOLITO, 2019).

Nessa linha, para o atual governo, é preciso descredibilizar os governos anteriores, atribuindo, por exemplo, que a educação é totalmente de esquerda e promove uma chamada “ideologia de gênero”³⁰. Diante dessas e outras informações veiculadas na mídia em geral, o Governo criou programas baseados em “evidências científicas”, pois tem-se a compreensão de que no Brasil não há estudos nessa área ou não há pesquisadores, ou que as universidades estão completamente cheias de professores “esquerdistas descompromissados em transparecer as verdades nas pesquisas”. Vale salientar que serão apenas apresentadas políticas que afetam etapa de ensino destacada nesse estudo, mesmo havendo ciência dos desmontes voltados para educação em todos os níveis de ensino, que passaram para o holofote de grupos

²⁸ Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

²⁹ Entenda os crimes de Bolsonaro e dos quatro filhos que estão sendo investigados. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/entenda-os-crimes-de-bolsonaro-e-dos-quatro-filhos-que-estao-sendo-investigados-a2fe>>. Acesso em: 15 dez.2021.

³⁰ É um termo pejorativo utilizado pelos críticos sobre os estudos de gênero, afirmando que as crianças podem mudar sua identidade através de algum tipo de doutrinação. No entanto, é sabido que ideologia é referente a um conjunto de ideias, e gênero são resultados das construções sociais baseadas no sexo biológico.

autodenominados como “detentores da moral e dos bons costumes, livres de ideologias e etc”.

O Programa Tempo de Aprender (PTA), instituído pela Portaria Nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, tem o intuito de melhorar a qualidade educacional no que compete o ensino e aprendizagem da alfabetização, na literacia (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva) e numeracia (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática), especialmente os anos iniciais do Ensino Fundamental. Tudo isso através de abordagens cientificamente fundamentadas, pois também deverá contribuir para alcance da Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) - o asseguramento do direito a alfabetização promovendo a cidadania, e contribuindo com e para o desenvolvimento social e econômico do país, impactando de forma positiva na aprendizagem do estudante no seu percurso educacional, nas diferentes etapas e níveis de ensino. Para isso, o Programa é organizado em quatro eixos: Formação continuada dos profissionais da alfabetização, Apoio pedagógico para alfabetização, Aprimoramento das avaliações da alfabetização e a Valorização dos profissionais da alfabetização (por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores). Para fazer parte desse programa, é necessária a adesão voluntária, cabendo assinatura do termo de adesão pelo ente federado. Vale salientar que participação do município não é condicionada a adesão do Estado. Este programa é voltado para o último ano da pré-escola e 1º e 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Este tem articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Política Nacional de Alfabetização (PNA), promulgada pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019b; 2020a).

Perante a esse contexto, o Programa visa garantir que aplicação dos seus fundamentos será o suficiente para o sucesso na alfabetização, visto que os estudantes necessitam começar aprendendo do mais simples ao complexo, pois têm a ideia de que as crianças são iguais, ou seja, a diversidade não está presente na sala de aula. Logo, o docente pode delegar escolha da metodologia utilizada em aula para outrem, pois seus anos de estudos em nada contribuiriam, visto que estamos em nível muito abaixo no que compete à leitura e escrita, comparado aos outros países, segundo o resultado do PISA, 2018.

E, nesse viés, a adesão ao Programa pelos entes federados constitui a salvação para os problemas educacionais, no caso a alfabetização que irá se repercutir por toda a vida. Assim, o patrocínio de grupos de interesse em lucrar na área educacional, depois de muitas investidas, fez vincular a uma PPE, que hoje está homogeneizada tanto nesse programa quanto na BNCC, que parte do princípio da igualdade dos direitos de aprendizagem para todos os estudantes, visto que, ao se dedicarem, poderão alcançar suas ambições.

Ainda na referida portaria, faz-se a menção da necessidade do aprimoramento do PNLD ao PTA³¹ para educação infantil e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Nesse sentido, a Resolução N°12, de outubro de 2020, busca adequar as obras didáticas, pedagógicas e literárias, além de outros materiais de apoio à prática docente. Desse modo, observa-se no início desta resolução a menção da Política Nacional de Alfabetização que rege o Programa Tempo de Aprender. Nessa linha, a resolução reafirma que o PNLD cobre as etapas da Educação Básica, e os livros didáticos estarão em conformidade com a BNCC. Destaque-se que todos os materiais de natureza didática e literária terão um ciclo de quatro anos, sendo que a reposição de materiais consumíveis ou a complementação de materiais reutilizáveis ou, ainda, substituições dos danificados acontecerá de forma anual. No final do documento, tem um cronograma do PNLD em que nele estão inclusas todas as etapas de ensino, ou seja, Educação Infantil (creche e pré-escola), para o ano de 2022; anos iniciais do Ensino Fundamental, será atendido em 2023, e em 2024, os anos finais. Em 2025, será atendido o Ensino Médio (BRASIL, 2020b).

Consoante a referida resolução, é possível compreender que a Educação Infantil receberá livro didático. No entanto, para creche, serão destinados aos professores. Na pré-escola (crianças de 4 a 5 e 11 meses), os estudantes e o professor receberão o livro, pois acredita-se que é possível melhorar a qualidade da alfabetização no país, combatendo o analfabetismo absoluto e funcional nas diferentes etapas e modalidade, conforme a justificava do desenvolvimento da PNA.

³¹ Compreende-se que a inclusão de livros didáticos na Educação Infantil sugere o início do ciclo de alfabetização, o que é uma proposta vai contra a não escolarização nessa etapa. Pois é sabido que nessa etapa de ensino, é necessário valorizar a ludicidade. O que diverge das diretrizes da BNCC (mesmo sendo discordantes dessa homogeneização) que buscar através de interações e brincadeiras o desenvolvimento integral da criança. Portanto, essa proposta de incluir livros didáticos na Educação Infantil promove a pouco ou nenhuma ludicidade, e com isso, o direito da criança de vivenciar experiências que forneçam prazer na escola, podem estar com os dias contados.

Então, os livros serão orientados pela BNCC e o PTA, que estão ancorados em evidências científicas atualizadas³².

Salienta-se que a BNCC tem o objetivo de homogeneizar os direitos de aprendizagem dos estudantes, ou seja, todos, independente de local, seja do interior ou região metropolitana, necessitam aprender o que dita o documento. Nesse viés, o documento não dialogou com a LDB ou PNE, visto que apenas apresenta as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e as modalidades não foram inclusas. Devido à mudança de visão ideológica, iniciada no governo de ruptura democrática e consolidada nesse, as modalidades podem ser consideradas deturpações, tanto que o governo busca diminuir as cotas raciais³³, uma vez que, segundo eles, não existe, por exemplo, racismo no país, e todos têm as mesmas oportunidades de entrar na universidade.

Assim, cabe aqui colocar em evidência o Decreto Nº 10.502/2020, que trata da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida, voltada para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Para isto, o decreto traz um conjunto de conceitos que visam explicar sobre essa modalidade de educação. Além disso, tem como objetivos: garantia dos direitos constitucionais de educação e atendimento especializados, bem como a promoção do ensino de excelência, asseguramento do sistema de apoio adequados e a formação de profissionais na atuação de espaços comuns e especializados, a valorização da educação especial para autonomia e o desenvolvimento do indivíduo, além de garantir oportunidades de educação de maneira sustentável e compatíveis com a diversidade local e cultural. Para concretização desses objetivos, são direcionados serviços e recursos, no que compete à estrutura física e profissionais de Educação Especial, além de assistência técnica e financeira por parte da União, e sendo opcional o ente federativo aderir tal política. Cabe ainda mencionar os meios para avaliação e monitoramento dessa

³² Guia digital do PNLD 2022, que envolvem obras didáticas e pedagógicas para Educação Infantil. Disponível em:< https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2022_didatico/pnld_2022_didatico_apresentacao>. Acesso em: 10 nov.2021.

³³ Lei de Cotas ainda não cumpriu seu objetivo e precisa ser renovada em 2022, diz reitor da Zumbi dos Palmares. Disponível em:< <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/02/13/lei-de-cotas-ainda-nao-cumpriu-seu-objetivo-e-precisa-ser-renovada-em-2022-diz-reitor-da-zumbi-dos-palmares.ghtm>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

política: Censo Escolar, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), plano de desenvolvimento individual e coletivo, bem como outros indicadores que possam identificar pontos estratégicos dessa política (BRASIL, 2020c).

Mediante as perspectivas da referida política, percebe-se o descompromisso com a sociedade, pois é firmado que as pessoas com deficiência necessitam de atendimento especializado e devem permanecer fora do ensino regular. Portanto, devem estar apartadas das que não têm deficiência, ou seja, essa política promove a perda de direitos, dantes adquiridos, promovendo a segregação. Nessa linha, é reconhecido que os deficientes são pessoas incapazes de estudar em uma escola regular, porquanto suas potencialidades não poderão ser desenvolvidas, devido à ausência de atendimento e local especializado, pois é observada a deficiência como limitação biológica, e essa impede o desenvolvimento da aprendizagem escolar em instituições regulares com todas as suas diversidades e complexidades. Com isso, colabora para exclusão da participação integral desses sujeitos.

Continuando com o desmonte na educação, mesmo com um recorte do que seria analisado nesse trabalho, acreditamos ser importante destacar que, devido as rupturas no campo ideológico, a desvalorização de estudiosos de referência da área educacional, além do diálogo para chegar a um consenso, hoje pouco se ouve, apenas aqueles que concordam com o modelo ideológico que está vigorando no Brasil. Acreditamos que, mesmo não concordando com todas as ideias, é necessário refletir para chegar um consenso, pois é a crítica que irá contribuir nos julgamentos mais próximos do que seria uma ação e uma PP correta para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer nossas considerações sobre esse estudo, é interessante retomarmos o objetivo geral desse trabalho, que tratou de *analisar as continuidades e as rupturas das Políticas Públicas Educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil no período de 2015 a 2020*. Dessa forma, constatamos que, após o golpe de ruptura democrática, houve diferentes proposições e implantações de programas que distorcem o conceito democrático de educação construídos ao longo dos anos, presentes em gestões que perceberam a educação como mecanismo para melhorar a vida da população, pois a administração pública federativa passou a adotar perspectivas que visam o modelo econômico e, de certa forma, minimizam o olhar para o social.

Ressalta-se que essa análise usou como parâmetros as políticas vigentes no governo democrático, eleito pelo povo, da presidenta Dilma Rousseff, na qual verificou-se a existência de *dez programas educacionais*, que atingiam os anos iniciais do Ensino Fundamental. Nessa linha, observamos que alguns programas continuaram, tais como: PCE, PNATE, PNAE, PSE, ou seja, não foram encontradas modificações nas suas bases, consoante aos achados na gestão de ruptura democrática. Quanto ao PDDE, modificou o destino de recursos para os novos programas, que antes era voltado para o PME, e depois passou para o PNME. Em relação ao PBLE e ProInfo, durante o período do governo Temer, observamos que não tivemos nenhum tipo de informações nos sites oficiais do governo MEC, FNDE, DOU e Portal da Legislação, sendo esses dois últimos consultados quando as informações não estavam disponíveis nos dois primeiros. Assim, é possível deduzir que esses programas foram suspensos ou encerrados, visto que os governos não elaboram notas e/ou informações para os cidadãos, destacando que algumas políticas foram encerradas por ter cumprido sua missão; ou estão em avaliação para melhorá-la; ou finalizadas, por não estar cumprindo o seu papel. Portanto, o governo se compromete em estudar novamente novas alternativas para construir uma nova política etc.

Diante desse panorama, nota-se que o governo de ruptura democrática também criou programas educacionais. No caso do PNLD, houve a junção com o PNBE e passou a ser chamado de PNLMD, passando pelo mesmo processo de

avaliação do livro didático. É afirmado pelo MEC que a escola pode realizar a escolha do livro, ou seja, emponderando-a de forma que possa levar em consideração seu Projeto Político Pedagógico e perfil do público que ela atende e outros dados que acreditem ser relevantes. Entretanto, no Decreto Nº9.099/2017 é afirmado que as diferentes opções de escolhas de material são na verdade realizadas pela rede. Em contrapartida, os professores se queixam que os livros escolhidos por eles não chegam à escola. Então, é difícil compreender o alcance da autonomia do docente e da escola.

Relacionado ao PNME, o governo argumentou que realizou uma substituição e, na verdade, poderia ter afirmado que o PME foi encerrado e criado um outro programa. Adicionalmente a isso, houve a criação de mais dois: o PIEC, que visa universalizar o acesso à internet nas escolas e fomentar o uso pedagógico, partindo do princípio que apenas a utilização do meio tecnológico implicará na aprendizagem da criança; o PMA, que tem a premissa de precarizar o trabalho docente, pois o profissional irá desenvolver do seu trabalho de forma voluntária.

Perante o governo de ruptura democrática, constatou-se tomada de decisões para diferentes áreas. Entre elas, destacamos a educacional, que sofreu e ainda padece pelo corte de recursos públicos. Para os governantes, a diminuição do investimento não implicará em nenhum prejuízo a curto ou longo prazo. Sendo que os resultados são observados nos desempenhos das avaliações externas, no aumento do índice de desemprego, no acesso a saúde para todos, habitação e saneamento básico e outros. Ressaltamos que os governos devem priorizar muitas áreas no momento da elaboração das suas agendas, porém não devem negligenciar a educação, pois é por ela que podemos melhorar a vida das pessoas, se não continuaremos mantidos na esfera de desigualdade.

Com isso, é visto que o referido governo Temer reconhecia tanto que suas ações eram tão impopulares, a ponto de não buscar a candidatura à presidência. Uma dessas ações impopulares foi o controle de gastos públicos, que culminou na diminuição de recursos para educação, impedindo a aplicação das metas do PNE. Nessa vertente, optamos por deixar uma geração que perpetuará por muitos anos à margem do que necessitamos de educação para o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, reconhecemos que o investimento na educação fornecerá algumas

vantagens, tais como, menos chances de ficar doentes, menos violência, menos preconceito e discriminação, como afirmou Paulo Freire: a educação é libertadora.

O atual governo retrocede ao afirmar que uma das causas do fracasso educacional é o corpo docente que está munido de ideologização e, com isso, procura incitar a descaracterização do trabalho do professor, que, independente do acesso aos diferentes recursos, busca naqueles que dispõem mais conhecimentos e tentam melhorar sua prática pedagógica, com a finalidade de afetar os estudantes através de uma educação de qualidade.

Nesse mesmo sentido, em dois anos, a nova gestão – Bolsonaro – segue os mesmos passos, visto que está comprometida com parte do empresariado que visa apenas o lucro, aliado ao agronegócio, altamente nacionalista, com perspectiva liberal. Destaque-se que ela reiteradamente afirma que estamos impregnados de ideologias que corromperam os bons costumes, sendo necessário se desvencilhar desse mal para podermos galgar novos caminhos. Nesse bojo, é argumentado que é necessário tirar a esquerda das universidades e do país, tentando, de todas as formas, descredibilizar as universidades. Para isso, são criadas falácias que muitos estudantes não necessitam entrar no Ensino Superior, porque essa etapa de ensino não condiz com seu projeto de vida, ou que nem todos nasceram para fazer um curso superior. Sabemos que necessitamos de todos os tipos de serviços. Entretanto, é preciso oferecer oportunidades de escolhas e não as retirar com o esse argumento, para que os nossos jovens se desmotivem e percebam que não terão oportunidade de fazer um curso superior, por não ter os meios necessários para chegar lá e, com isso, são obrigados a modificar seu projeto de vida.

E, nessa corrente de compromisso com o capital, na gestão atual, foram criados dois programas que divergem do conceito democrático de educação, no caso o PTA, que vai buscar “evidências científicas” atualizadas, descaracterizando as pesquisas realizadas historicamente no país, pois busca meios nos quais os sujeitos aprendizes (crianças) não pensam. Portanto, é necessário que o docente siga os passos presentes no programa. Então, os estudos indicam que é necessário que as crianças precisam estar imersas nas práticas sociais que envolvam a leitura e a escrita, e que elas reflitam sobre isso, buscando-se alfabetizar letrando, o que não está mais em questão, porquanto não se baseia em “evidências científicas”. Além disso, para

Educação Infantil, a premissa é que a criança aprenda de forma lúdica, mas com disposição de livros didáticos para essa etapa. Mas será que essa visão continua? Ou serão ministradas aulas de cunho tradicional e a diversidade de sala de aula será homogeneizada?

Nessa prerrogativa, outro retrocesso se deu com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, a qual busca a criação de salas exclusivas para as pessoas com deficiência, pois os governos anteriores faziam exclusivismo, ou seja, mesclavam as salas de aulas regulares com deficientes, porém não ofereciam o suporte necessário. Nesse contexto, sabemos a necessidade de ter salas heterogêneas, visto que todos precisam interagir, partindo do princípio de que as pessoas são diversas. Adicionalmente, é sabido que nem todos os deficientes auditivos nas escolas públicas têm intérprete, mas com a aquisição do laudo o governo é obrigado a cumprir seu papel. Destaque-se que, com a criação de escolas exclusivas para deficientes, poderá aumentar o preconceito, a discriminação, pois elas deixaram de se relacionar com outras pessoas sem deficiência de um modo em geral, pelos menos de uma forma aparente.

A partir do momento que essas políticas são construídas pelo núcleo de apoio ao governo, sem haver o diálogo com a sociedade, a democracia passa a ser fragilizada, visto que as pessoas não serão contempladas pelo desenvolvimento de políticas públicas que minimizem seus problemas. Assim, o governo, antes do golpe na democracia, ouvia o povo e o empresariado, por exemplo, através da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Com Temer, iniciou-se uma agenda mais liberal, ouvindo mais os empresários. Com Bolsonaro, essa agenda se intensificou, percebendo apenas parte da população mais conservadora, deturpando a real visão e as necessidades da sociedade.

Faz necessário explicar que, nessa mesma linha de atuação, o Governo Federal foi omisso na condução da Pandemia de Covid-19, aliás se preocupou em produzir e divulgar *Fake News*, para que não entrássemos em isolamento social. Com isso, pensou-se que a economia fosse prejudicada e tivéssemos uma imunidade de rebanho. Pela atuação desse governo e o número de mortes registrado no país, tivemos que criar uma Comissão Parlamentar Inquérito (CPI) para investigar até que

ponto o governo contribuiu com isso? E, em meio à falta de ação no campo da saúde para enfrentar essa crise sanitária que ainda estamos vivenciando, o governo Bolsonaro também não teve uma liderança voltada para educação. Pelo contrário, o ministro da educação cuidava em fazer intriga com a China e outros. Assim, governadores, cada um com suas particularidades, tomaram decisões sobre a educação. E, então, adentramos no ensino remoto, em que os professores tiveram que se reinventar para trabalhar, aprender a usar tecnologias que ainda não conheciam, houve uma explosão de conteúdos por parte de criadores (outros docentes e profissionais que já atuavam no Ensino a Distância) e o governo estadual da Paraíba, onde trabalho, criou curso para que possamos desenvolver nossa prática através de plataforma.

Vale salientar que isso não foi o suficiente para diminuir a desigualdade educacional, pois, se antes da pandemia tínhamos, hoje, com a pandemia e voltando a *nosso novo normal*, muito se perdeu e não sabemos se um dia iremos recuperar. Se houvesse uma liderança federal teríamos perdas, mas não seria nas proporções que imaginamos, uma vez que muitas crianças deixaram de ser alfabetizadas. Outras tiveram um recorte de conteúdo e todos os estados tiveram que aprovar os estudantes. Não tivemos a real situação do quanto regredimos, visto que os prejuízos educacionais são geralmente marcantes ao longo prazo e não teremos mão de obra qualificada para trabalhar e muitos campos.

Nesse cenário, atuando como professora da Educação Básica, percebo que os jovens estão pouco engajados no seu futuro. O desamino é tamanho, a ponto de não perceberem poucos anseios para melhorar ou contribuir nas suas vidas. E, quando partimos para observar as PPE's, sabe-se que elas têm o papel de resolver as problemáticas das vidas das pessoas. E uma dessas estudadas era que havia a premissa de universalizar internet para todos, o que não se efetivou, pois muitos estudantes deixaram de ter aulas, e passaram a receber o material impresso. E mesmo temos ciência que eles tiveram prejuízos que podem se perpetuar por toda a sua vida, caso não sejam tomadas medidas por parte governamental, visto que as escolas e os docentes estão cumprindo o seu papel e há um direcionamento compromissado com a educação que é muito bem-vindo. O reconhecimento dessas PPE's traz para o trabalho docente informações necessárias para atuar forma

consciente e podemos reivindicar aquilo que não está sendo feito e saber como a dinâmica dessas pode ser modificada conforme a visão política.

Sabemos que esse estudo trouxe elementos que não conseguimos explicar devido ao tempo, em virtude dele ser elaborado e finalizado nesse momento de ensino remoto e não poderemos adentrar em outras questões. Dessa forma, é relevante estudar qual o papel do estado nos momentos de crises? Como deve-se comportar, independente da ideologia adotada liberal ou socialdemocrata ou outras? Até que ponto as ideologias assumidas por um governo podem afetar a população de uma forma positiva ou negativa? Pensando nesse momento, seria necessário aprofundar as PPE's para inclusão digital, tendo em vista os acontecimentos da pandemia. Sabemos que as PPE contínuas e dinâmicas necessitam ser avaliada e analisadas para que sejam aprimoradas para o momento em que estamos vivendo ou mesmo finalizadas para construção de outras que atendam as pessoas. Além disso, a ausência de informações sobre as políticas é configurada pela ausência de transparência do governo. Por isso, é relevante a informação constante de como estão o desenvolvimento das PP's para população, demonstrando seu compromisso para com ela.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

BARDIN, Laurence. Organização da análise. *In*: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016. p.125-131.

BRASIL. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). [s.d.]. *In*: BRASIL. FNDE/Dados abertos. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/dadosabertos/en_AU/organization/about/pdde>. Acesso em: 11 mai.2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012. *In*: BRASIL. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria**, n. 126, 2012. p. 9-24.

BRASIL. **Apresentação do PNLD**. 2018c. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. Conhecendo o PNATE e o Programa Caminho da Escola. 2019a. *In*: BRASIL. **Materiais e Cartilhas/FNDE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/caminho-da-escola/sobre-o-plano-ou-programa-suple/manuais-cartilhas>>. Acesso em: 18 mai.2021.

BRASIL. **Dados estatísticos do PNBE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>>. Acesso em: 1 jun.2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007.** 2007b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009.** 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6768.htm>. Acesso em: 11 maio.2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.** 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 15 jun.2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010.** 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htmimprensa.htm>. Acesso em: 1 jun.2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.** 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm>. Acesso em: 11 mai.2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017.** 2017l. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/07/2017&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=72>>. Acesso em: 30 ago.2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.** 2017n. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm>. Acesso em: 30 ago.2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. 2019b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm>. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. **Funcionamento do PNBE**. 2017c. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/funcionamento>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. **Funcionamento do PNLD**. 2017g. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. **Histórico do PNAE**. 2017i. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Histórico do PNLD**. 2017e. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,com%20outra%20denomina%C3%A7%C3%A3o%2C%20em%201937.&text=1937%20%2D%20O%20Decreto%2DLei%20n%C2%BA,o%20Instituto%20Nacional%20do%20Livro>>. Acesso em: 2 jun.2021

BRASIL. **Histórico PNBE**. 2017b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>>. Acesso em: 1 jun.2021.

BRASIL. **Histórico sobre o Caminho da escola**. 2017c. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/caminho-da-escola/sobre-o-plano-ou-programa-suple/historico>>. Acesso em: 16 mai.2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. **Perguntas frequentes sobre o ProInfo**. 2017l. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Perguntas Frequentes Transporte Escolar PNATE**. 2017d. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate/perguntas-frequentes-pnate>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017**. 2017m. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-no-1-055-de-25-de-abril-de-2017-20180157>>. Acesso em: 30 ago.2021.

BRASIL. **Portaria nº 3.662, de 14 de novembro de 2018**. 2018g. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3-662-de-14-de-novembro-de-2018-51055785>>. Acesso em: 05 set. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018.** 2018h. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/86401-portaria-142-2018-pmalfa002/file>>. Acesso em: 05 set. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020.** 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Programa Banda Larga nas Escolas:** apresentação. 2018e. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/15808-programa-banda-larga-nas-escolas>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Mais Educação:** passo a passo. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8145-e-passo-a-passo-mais-educacao-pdf&Itemid=30192#:~:text=Passo%20a%20passo,-o%20Programa%20Mais&text=Para%202011%2C%20prospecta%2Dse%20sua,nacional%2C%20chegando%20a%2032.000%20escolas>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca na Escola.** 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Saúde na Escola:** apresentação. 2018d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Relatório Brasil no PISA 2018 versão preliminar.** 2018a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013.** 2013b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a->

[informacao/institucional/legislacao/item/5032-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-45,-de-20-de-novembro-de-2013](https://www.fnnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/5032-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-45,-de-20-de-novembro-de-2013)>. Acesso em: 16 mai.2021.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 5, de 28 de maio de 2015**. 2015b. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/6485-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-5,-de-28-de-maio-de-2015>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 07 de outubro de 2020**. 2020b. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13844-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-12,-de-07-de-outubro-de-2020>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Sobre o PBLE**. 2017j. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pble>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Sobre o PNAE**. 2017h. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Sobre o ProInfo**. 2017k. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/proinfo>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Sobre os programas de livros**. 2017f. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Novo Mais Educação**. 2018f. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. Reformas educacionais no contexto pós-golpe de 2016. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 40, nº 77 - set./dez. 2018. p. 162-174.

CHAUÍ, Marilena. Histórico do termo. *In*: CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 1980. Revisor, José E. Andrade, 2004. p.10-13.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 87, p. 461-484, 2015.

DALARRI, Dalmo de Abreu. Estado e governo. *In*: DALARRI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

DANTAS, Humberto. Democracia e Cidadania: consciência e participação. *In*: DANTAS, Humberto. **Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FERNANDES, Antônio Sérgio A. Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. *In*: DANTAS, Humberto; JÚNIOR, José Paulo M. (orgs.). **Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 17-34.

GOERGEN, Pedro. Educação & Sociedade e as políticas públicas em educação. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, p. 108-130, maio/jul/ago. 2000.

HALL, Stuart. As culturas Nacionais como comunidades imaginadas. *In: A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.47-65.

HAM, Christopher; HILL, Michael. Política e análise de política. *In: HAM, Christopher; HILL, Michael. O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno*. Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. [s.l.], [s.n.], 2004. p.14-34. (Título original: *The policy process in the modern capitalist state*)

LALLIVE, Christian; DIONNE, Jean. Em busca de informações. *In: LALLIVE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Setteneri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.166-196.

LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, José Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Elementos para uma análise crítico-compreensiva das políticas educacionais: aspectos sociopolíticos e históricos. *In: LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, José Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, 2001.

LOWI, Theodore J. **Distribuição, regulação, redistribuição**: as funções do governo. André Villalobos (trad.), mimeo. New York: W. W. Northon e Company, 1996.

NOGUEIRA, Thulio Guilherme Silva. O Impeachment de Dilma Vana Rousseff: qualquer semelhança com a história é mera coincidência. **Virtuajus**, v. 1, n. 1, p. 244-253, 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. et al (org.). Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás: Ed. da PUC Goiás, 2010.

PASTORE, José; SILVA, N. do V. Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. In: XXV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2001, Caxambu. **Anais..** Caxambu, 2001. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st04-3/4566-jpastore-analise/file>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Uma Escola do Tamanho do Brasil**. 2002. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/umaescoladotamanhodobrasil.pdf>.. Acesso em: 29 abr. 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3.ed. ver. Atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de; MELO, Marcelo Soares Tavares de; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Dimensões conceituais e históricas do estudo dos problemas e políticas sociais. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O estado e os problemas contemporâneos**. 3.ed. ver. Atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos (org.). **Pesquisa educacional: quantidade/qualidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997. (*Questões da nossa época; v.24.*)

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação** – PUC – Campinas, n. 24, p.7-16, jun. 2008.

SILVA, Angelina Xavier; PEREIRA, Aécio José. **Materiais didático-pedagógicos e políticas educacionais: estudo de caso em uma escola municipal**. Recife:

UFRPE/Unidade Acadêmica em Tecnologia e Educação a Distância/ Curso Gestão Pública (Especialização), 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas.** [s.d.]. Disponível em:
<http://cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>. Acesso: 12. maio.2021.

WU, Xun. Gestores públicos e o processo de políticas públicas. *In*: WU, Xun. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Tradução Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.